AMANDA CUNHA E MELLO SMITH MARTINS

**Privacidade, proteção de dados e danos transnacionais:
aspectos do Direito Internacional Privado brasileiro**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Titular Doutor Gustavo Ferraz de Campos Monaco

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE DIREITO**

São Paulo – SP

2020

AMANDA CUNHA E MELLO SMITH MARTINS

**Privacidade, proteção de dados e danos transnacionais:
aspectos do Direito Internacional Privado brasileiro**

Dissertação de Mestrado apresentada à Banca do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de mestre em Direito, na área de concentração de Direito Internacional e Comparado, sob a orientação do Prof. Titular Doutor Gustavo Ferraz de Campos Monaco.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo – SP

2020

Catalogação da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Smith Martins, Amanda Cunha e Mello

Privacidade, proteção de dados e danos transnacionais: aspectos do
Direito Internacional Privado brasileiro / Martins, Amanda Cunha e Mello
Smith; orientador Prof. Titular Gustavo Ferraz de Campos Monaco -- São
Paulo, 2020.
262p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direito
Internacional e Comparado) – Faculdade de Direito, Universidade de São
Paulo, 2020.

1. Privacidade. 2. Proteção de dados. 3. Dados plurilocalizados. 4.
Danos transnacionais. 5. Direito Internacional Privado. I. Monaco,
Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos, orient. II. Título.

A Banca Examinadora, abaixo assinada, aprova a Dissertação

**Privacidade, proteção de dados e danos transnacionais:
aspectos do Direito Internacional Privado brasileiro**

elaborada por

AMANDA CUNHA E MELLO SMITH MARTINS

como requisito parcial para a obtenção do grau de

MESTRE EM DIREITO INTERNACIONAL E COMPARADO

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Gustavo Ferraz de Campos Moraco – USP (Orientador)

Dra. Juliana Abrusio – Mackenzie

Dr. Juliano Souza de Albuquerque Maranhão – USP

Dra. Marilda Rosado de Sá Ribeiro – UERJ

À minha família, pelo exemplo e incentivo,
especialmente aos meus avós professores,
Maria Lucia e Rubens Murillo.

Ao Dr. Arnoldo Wald Filho, pelas oportunidades e
experiências proporcionadas.

Ao André, pelo apoio incondicional, e por todos os
cafés compartilhados.

AGRADECIMENTOS

Este estudo não teria sido possível sem a valiosa contribuição do meu orientador, Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco, e dos meus colegas acadêmicos. Foi um privilégio – sem exageros – poder contar, ao longo dos últimos anos, com tal exemplo de dedicação e comprometimento com a academia. Assim como foi um prazer acompanhar a trajetória acadêmica do professor Gustavo na última década, e vê-lo chegar, recentemente, à titularidade do Departamento de Direito Internacional da Faculdade.

De fato, o resultado desta dissertação dificilmente teria sido o mesmo sem os diversos comentários e a efetiva orientação do professor Gustavo, cujos conhecimentos e afeição pela área do Direito Internacional Privado foram verdadeira inspiração para o estudo do tema. Agradeço imensamente pelas horas dedicadas à leitura e apontamentos nas versões preliminares do texto.

Igualmente valiosa a contribuição dos meus colegas orientandos, sempre abertos a discussões e dispostos a ler e comentar os textos uns dos outros, resultando em uma produção muito mais rica e interdisciplinar. Agradeço a todos os orientandos do professor Gustavo pela solidariedade e empatia, e por terem se revelado mais do que colegas de academia, mas verdadeiros amigos. E ao nosso orientador, por ter possibilitado a reunião de um grupo tão querido.

Assim, não posso deixar de citar alguns desses colegas que se fizeram especialmente presentes na minha trajetória de mestrando: Marina Rocha, Analluza Bolivar Dallari, André Braga, Nadja Nogueira, Kim Diz e José Luiz Souza. Agradecimento especial a Raquel Santoro, pessoa que tenho como exemplo e referência não apenas na academia, mas também como advogada e profissional brilhante. E, também, alguns dos meus colegas de graduação que se fizeram presentes de diversas formas ao longo do trabalho: Antonio Cury, Carlos Liguori e André Moricochi.

Por fim, e não menos importante, agradeço ao Solano de Camargo, a quem tenho o privilégio de considerar como um irmão acadêmico, muito embora meus conhecimentos ainda estejam aquém dos dele. Precisamente por tal razão, suas ideias e contribuições foram indispensáveis durante todo o percurso deste trabalho, especialmente pelas discussões e debates que levaram à escolha do tema, e pela sinceridade nos comentários e críticas, sempre objetivos e produtivos.

“Todos tienen tres vidas: una vida pública, una vida privada y una vida secreta.”

*(Gabriel García Márquez,
Gabriel García Márquez: una vida).*

SMITH MARTINS, Amanda Cunha e Mello. *Privacidade, proteção de dados e danos transnacionais*: aspectos do Direito Internacional Privado brasileiro. 262 p. Dissertação (Mestrado em Direito) – Departamento de Direito Internacional Comparado da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2020.

RESUMO

Esta dissertação propõe uma análise da privacidade e da proteção de dados, especificamente sob o âmbito do Direito Internacional Privado. Assim, são abordados temas relevantes no contexto da Sociedade da Informação, os quais permitem avaliar a forma como conceitos e critérios de conexão tradicionalmente utilizados podem ser aplicados em conflitos que envolvem a Internet. Diante do caráter deslocalizado do meio digital, há a resignificação das fronteiras e da soberania, suscitando novos desafios em termos de conflitos de qualificação, jurisdição internacional, lei aplicável e reconhecimento de sentenças estrangeiras. O objetivo principal do estudo é fornecer ferramentas adequadas para a solução de conflitos que envolvem dados plurilocalizados e danos transnacionais.

Palavras-chave: Privacidade. Proteção de dados. Dados plurilocalizados. Danos transnacionais. Direito Internacional Privado.

SMITH MARTINS, Amanda Cunha e Mello. Title: *Privacy, data protection and transnational damages*: aspects of Brazilian Private International Law. 262 p. Dissertation (Master in Law) – Department of Comparative International Law, Faculty of Law, University of São Paulo – USP. São Paulo, 2020.

ABSTRACT

The dissertation aims to analyze privacy and data protection specifically under the scope of Private International Law. Therefore, it addresses relevant subject-matters in the context of an information society, in order to evaluate how traditional definitions and connecting factors can be applied in disputes involving the internet. Given the delocalized character of the digital environment, a redefinition of borders and State sovereignty takes place, raising new challenges regarding conflicts of qualification, international jurisdiction, applicable law and recognition of foreign awards. The main objective is to provide adequate tools for the resolution of disputes involving pluri-localized data and transnational damages.

Key words: Privacy. Data protection. Pluri-localized data. Transnational damages. International Private Law.

LISTA DE SIGLAS

AGU	Advocacia Geral de União
ANPD	Autoridade Nacional de Proteção de Dados Brasileira
BITNET	<i>Because It's Time to NETwork</i>
CCPA	<i>California Consumer Privacy Act</i>
CCTCI	Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática
CDC	Código de Defesa do Consumidor
CIDIP	Convenção Interamericana sobre normas gerais de Direito Internacional
CJF	Conselho da Justiça Federal
CNIL	Comissão Nacional de Informações e Liberdade
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras
CPC	Código de Processo Civil
DFFT	<i>Data Free Flow with Trust</i>
DL	<i>Deep Learning</i>
DL	<i>Deep Learning</i>
DPO	<i>Data Protection Officer</i>
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ECPA	Lei de Privacidade de Comunicação Eletrônica
EEA	European Economic Area
EEE	Espaço Econômico Europeu
ETA	<i>Electronic Transaction Act</i>
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCA	Financial Conduct Authority
<i>FCA</i>	<i>Financial Conduct Authority</i>
FMCNA	Fresenius Medical Care North America
GPDR	Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados
HIPAA	<i>Health Insurance Portability and Accountability Act</i>
IA	Inteligência Artificial
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICO	<i>Initial Coin Offerings</i>
IDEC	Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IGA	Acordo de Cooperação Intergovernamental
IP	<i>Internet Protocol</i>

IRIS	Instituto de Referência em Internet e Sociedade
IUJ	Incidente de Uniformização de Jurisprudência
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
LIL	Lei de Informática e Liberdades
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
LINDB	Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
LNCC	Laboratório Nacional de Computação Científica
LRD	Lei para uma República Digital
LRD	Lei para uma República Digital
MCI	Marco Civil da Internet
MCI	Marco Civil da Internet
MCT	Ministério da Ciência e Tecnologia
MINICOM	Ministério das Comunicações
ML	<i>Machine Learning</i>
ML	<i>Machine Learning</i>
MPDFT	Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
NSA	Agência de Segurança Nacional Norte-Americana
OCDE	Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODR	<i>Online Dispute Resolution</i> Privado
PROPIA	<i>Protection of Personal Information Act</i>
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados
RGPD	Regulamento Geral de Proteção de Dados da União Europeia
RISTJ	Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça
SAP	Sistema de Automação Processual
SAPIENS	Sistema de Apoio à Procuradoria Inteligente
SICAU	Sistema Integrado de Controle das Ações da União
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
TJUE	Tribunal de Justiça da União Europeia
UIF	Unidade de Inteligência Financeira
UIF	Unidade de Inteligência Financeira
UNICAMP	Universidade de Campinas
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	19
CAPÍTULO 1 – PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS: CONCEITO, EVOLUÇÃO E ENQUADRAMENTO NORMATIVO	27
1.1 INTRODUÇÃO AO CONCEITO DE PRIVACIDADE	27
1.2 TUTELA DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS NA UNIÃO EUROPEIA	34
1.3 TUTELA DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS NOS ESTADOS UNIDOS	48
1.4 <i>SAFE HARBOR AGREEMENT</i> E <i>PRIVACY SHIELD</i>	57
1.5 REGULAMENTO GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS (RGPD) DA UNIÃO EUROPEIA	68
1.6 INFLUÊNCIA DO RGPD SOBRE OUTROS ORDENAMENTOS	74
1.7 TUTELA DA PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS NO BRASIL	84
1.7.1 Constituição Federal	86
1.7.2 Legislação infraconstitucional	89
1.7.3 Legislação específica: Marco Civil da Internet (MCI)	93
1.7.4 Legislação específica: Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	96
1.7.5 Novos desafios e oportunidades	110
1.8 CONCLUSÕES PARCIAIS	114
CAPÍTULO 2 – PROTEÇÃO DE DADOS: QUESTÕES CONTROVERSAS E DIREITO MATERIAL	117
2.1 QUALIFICAÇÃO	121
2.2 VIOLAÇÕES DE SEGURANÇA E SANÇÕES APLICADAS	129
2.3 CONSENTIMENTO E UTILIZAÇÃO DE <i>COOKIES</i>	134
2.4 CONTRATOS ELETRÔNICOS	136
2.5 CRIPTOMOEDAS E MOEDAS DIGITAIS	144
2.6 INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL (IA) E SENTENÇAS CIBERNÉTICAS	148
2.7 REALIDADE VIRTUAL E <i>GAMES</i>	155
2.8 <i>DEEP WEB</i> E <i>DARK WEB</i>	157
2.9 DANOS E RESPONSABILIDADE CIVIL NO BRASIL: PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS	160
2.10 CONCLUSÕES PARCIAIS	165
CAPÍTULO 3 – DANOS TRANSNACIONAIS E DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO: PROTEÇÃO DE DADOS PLURILOCALIZADOS	169
3.1 DETERMINAÇÃO DA JURISDIÇÃO COMPETENTE	175
3.2 DETERMINAÇÃO DA LEI APLICÁVEL	187
3.3 RECONHECIMENTO DE SENTENÇAS ESTRANGEIRAS	199
3.4 ANÁLISE JURISPRUDENCIAL: ASPECTOS DE DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO BRASILEIRO	203
3.5 CONCLUSÕES PARCIAIS	216
CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS	219
REFERÊNCIAS	225
OBRAS CONSULTADAS	255

INTRODUÇÃO

Muita coisa mudou desde setembro de 1988 quando a Internet chegou no Brasil. Se hoje as pessoas podem se conectar em tempo real, utilizar a Inteligência Artificial para otimizar processos e contar com a tecnologia no cotidiano de suas residências e empresas, isto só foi possível a partir da utilização acadêmica do recurso¹.

A recente aprovação de legislações específicas sobre a proteção de dados, tais como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)², traduz a importância e a valorização crescentes dos dados. As relações sociais sofreram mudanças significativas nas últimas décadas, de modo que a informação passou a condicioná-las, transformando-as não apenas em bens de consumo, mas, também, em fator de produção e instrumento de poder³.

Atualmente, a rede mundial de computadores permite a comunicação entre todas as partes do mundo. Em 1988, contudo, quando a Internet começou a ser utilizada no Brasil, o seu alcance era limitado a algumas universidades, e as primeiras conexões foram feitas exclusivamente em ambiente acadêmico.

A primeira conexão no país foi realizada pelo Laboratório Nacional de Computação Científica (LNCC), localizado no Rio de Janeiro. O Laboratório conectou-se à Universidade de Maryland por meio do acesso à Bitnet. A expressão é um acrônimo de

¹ OLIVEIRA, Elsa Dias. *A proteção dos consumidores nos contratos celebrados através da internet*. Coimbra: Almedina, 2002, pp. 13-14. “A Internet, definida frequentemente como ‘a rede das redes’ (*network of networks*), e que encontra sua tímida gênese ainda nos anos sessenta, conheceu, na última década, um período de franca expansão. As primeiras experiências neste campo começaram a ser feitas a partir de uma agência militar norte-americana de tecnologia informática – ARPA (*Advanced Research Project Agency*), que adotou um protocolo, denominado de TCP/IP (*Transmission Control Protocol/Internet Protocol*), que permitia a qualquer tipo de computador interligar-se à rede. Este protocolo assegurava uma equivalência entre todos os pontos, sem um comando central, e ainda hoje é esse mesmo protocolo que permite que as diversas redes existentes se comuniquem entre si. Posteriormente, a tecnologia ARPANET foi usada para conectar universidades e laboratórios, e foi apenas em 1987 que o uso comercial, da já então Internet, foi liberado. Mas só nos princípios da década de noventa se verificou uma divulgação e expansão maciças do fenômeno Internet.”

² BRASIL. *Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

³ COSTA, José Augusto Fontoura; SOLA, Fernanda. Desenvolvimento e direito de autor na sociedade da informação. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. Curitiba, jul./dez. 2010, v. 1, n. 2, pp. 285-301, p. 297. “[...] importa ressaltar que, na chamada economia de informação, há tanto uma redefinição dos bens econômicos centrais como dos processos produtivos. Os produtos de maior valor agregado deixaram de ser os bens móveis industrializados, como automóveis e eletrodomésticos, para ser bens incorpóreos, como programas de computador, filmes e gravações musicais. Os processos de produção, por seu turno, deixam de ser aqueles desenvolvidos nas linhas de montagem das fábricas, que concentram em um único local as máquinas necessárias, pois na medida em que os bens se desmaterializam o foco passa a ser no projeto e, portanto, em estruturas menos hierarquizadas e rígidas de processo produtivo, com a consequente deslocalização do ambiente, já que as estações de trabalho já não precisam ser dispostas em linha ou concentradas no mesmo endereço.”

“*Because It's Time to NETwork*” ou “*Because It's There NETwork*”, rede remota criada em 1981, numa conexão entre as Universidades da Cidade de Nova York e a de Yale⁴.

Em pouco tempo outras instituições brasileiras passaram a ter acesso à Bitnet, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), a Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade de Campinas (Unicamp). Até 1994, as conexões se mantinham limitadas à academia e, depois disso, a empresa Embratel iniciou seus serviços de acesso à Internet em caráter experimental⁵. No ano seguinte, o acesso à Internet começou a funcionar de modo definitivo no Brasil e, desde então, vem se expandindo⁶.

Em 2017, a Internet já era utilizada em 74,9% dos domicílios brasileiros, embora dentre aqueles localizados em área rural o percentual de indisponibilidade do serviço ainda fosse de 21,3%, segundo dados do IBGE⁷. Isto representa uma infinidade de dados coletados diariamente, além de troca de mensagens, realização de transações bancárias, compras no cartão de crédito ou acesso a quaisquer páginas⁸.

⁴ CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. 239 p. Dissertação (Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPE, 2006, p. 84. “O acesso à BITNET em setembro de 1988 foi uma vitória para o LNCC e para a comunidade acadêmica como um todo, ainda que não fosse possível a implementação do tão esperado *gateway* internacional no Brasil. A mesma reunião que liberou o acesso à BITNET também concluiu que a Embratel e o LARC envidariam esforços no sentido de uma solução que atendessem à necessidade de comunicação da comunidade acadêmica com as redes no exterior de forma otimizada. O fato é que esta decisão acabou reforçando os interesses de outras instituições que buscavam suas próprias conexões internacionais. A FAPESP iniciou, no segundo semestre de 1988, um projeto para atender a demanda por acesso à BITNET manifestada entre os pesquisadores de algumas instituições de ensino desde o início do ano anterior.”

⁵ Id., *ibid.*, p. 123. “Em alguns países, especialmente nos Estados Unidos, surgiam indicadores da extensão do uso da Internet pela comunidade não acadêmica, assim como as primeiras ofertas comerciais dos serviços de provimento de acesso. [...] foi apenas uma questão de tempo (e oportunidade) para que acontecesse a abertura comercial da Internet e o Alternex deixasse de ser o único provedor de acesso no Brasil (como vinha sendo até 1995).”

⁶ O Governo Federal brasileiro editou em maio de 1995, Nota Conjunta do Ministério das Comunicações (Minicom) e Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), a qual definiu pela primeira vez o conceito de internet no país: “[...] A Internet é um conjunto de redes interligadas, de abrangência mundial. Através da Internet estão disponíveis serviços como correio eletrônico, transferência de arquivos, acesso remoto a computadores, acesso a bases de dados e diversos tipos de serviços de informação, cobrindo praticamente todas as áreas de interesse da Sociedade.”

⁷ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua), 2017.

⁸ POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. *Governança global da internet, conflito de leis e jurisdição*. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS), 2018, pp. 54-55. “Em 2016, mais de 3 bilhões de pessoas, isto é, quase metade da população mundial, já possuem acesso à internet, que se tornou um mecanismo indispensável na vida cotidiana. Com o rápido desenvolvimento em poucas décadas, as conexões *online* continuam a aumentar conforme mais pessoas são integradas às tecnologias 2G/3G/4G/[5G] e banda larga, que integram suas vidas pessoais e profissionais. A tecnologia transpõe-se também para as relações jurídicas em escala transnacional. Observa-se um aumento de litígios transfronteiriços envolvendo a Internet e de novos desafios ao Direito, em especial ao Direito Internacional Privado, área dedicada a questões relativas à determinação da lei aplicável, jurisdição e reconhecimento e execução de sentenças estrangeiras. Em uma realidade interconectada, esses desafios não podem ser ignorados. [...] A Internet se revela como plataforma de transações não delimitadas

Conforme crescia o acesso à Internet, também aumentava exponencialmente o volume de dados coletados, permitindo a criação de extensos bancos de dados e metadados, que eram utilizados nas mais diversas finalidades⁹. Metadados são, de forma objetiva, dados sobre outros dados, como localização, data e hora de envio de mensagens e ligações ou informações sobre o aparelho utilizado (como uma câmera fotográfica)¹⁰.

Cada acesso a *websites* gera uma quantidade de dados e de informações e, a partir do momento em que tais dados são enviados, torna-se difícil prever com precisão para onde são enviados ou armazenados, ou qual tratamento lhes é conferido. Trata-se de um ambiente demasiado fluido, no qual as fronteiras assumem caráter virtual.

Assim, a Internet revelou-se um poderoso instrumento de coleta de informações sobre seus usuários, possibilitando a criação de ferramentas que utilizam essas informações para, por exemplo, identificar preferências de compra para publicidade direcionada, reconhecer expressões faciais e criar novos produtos.

É inquestionável a quantidade de benefícios trazida pela democratização do acesso à Internet, ou seja: rápida e barata troca de mensagens e documentos; acesso a informações e notícias em tempo real; e disponibilização dos mais diversos tipos de produtos e serviços. Em outras palavras, a Internet tem permitido a democratização da informação e do conhecimento, bem como ampliado o acesso da população a bens e serviços.

Acervos de museus, teses e dissertações, documentos históricos, discografias completas e inúmeros tipos de arquivos e informações passaram a ser acessíveis *on-line*, muitas vezes gratuitamente. Por outro lado, é preciso mencionar que o advento da Internet também representa novos riscos, como, por exemplo, a utilização irresponsável de dados; a

pelas fronteiras estatais. A junção desses temas está ainda em franco desenvolvimento e encontra escasso suporte na literatura, mas é notável que os estudos sobre o “devido processo transnacional” são essenciais ao avanço dos estudos jurídicos sobre a internet.”

⁹ LYON, David. Surveillance in Cyberspace: the Internet, Personal Data and Social Control. *Queen's Quarterly*, 2002, n.º 109, pp. 345-357, p. 345. “Cada vez que você faz login na Internet, você se envolve em uma troca de informações muito mais ampla do que a maior parte das pessoas imagina. Utilizando as últimas tecnologias de vigilância, alguém pode rastrear cada clique do seu mouse, websites de pesquisa online que você visitou, e até ler as suas mensagens de e-mail e vasculhar seus registros financeiros e correspondência legal. E o novo século irá assistir ao desenvolvimento de ainda mais tecnologias oniscientes. Para a Internet, você é um livro aberto”. (Tradução livre). “*Each time you log on to the Internet you are involved in a much broader information exchange than most people realize. Using the latest surveillance technology, someone else can track each click of your mouse, survey each web site you have visited, even read your e-mail messages and rifle through your financial records and legal correspondence. And the new century will see even more omniscient technology developed. As far as the Internet is concerned, you are an open book.*”

¹⁰ Outros exemplos de coleta de informações e metadados por serviços *online* são: localização, número de I.P., nome, páginas visitadas, buscas realizadas, resultados de buscas, duração, horário e números de telefone de ligações, assinaturas de serviços, número e tamanho de arquivos anexos a mensagens. Assim, por exemplo, a partir de um único dado, como uma imagem, é possível obter acesso aos metadados relacionados: informações sobre o aparelho ou câmera que tirou a foto, data e hora do registro, local onde a foto foi tirada, dentre outros (Id., *ibid.*).

difusão de conteúdos ilegais, como pornografia infantil; a facilidade de acesso a produtos ilícitos por meio da *Deep Web* e a aplicativos e serviços maliciosos¹¹.

Como consequência, houve o surgimento de novos problemas e questionamentos, especialmente quanto à publicidade digital e à proteção de dados, tanto no setor público como na área da saúde, investigações criminais, privacidade e direito do consumidor¹². A rede mundial de computadores é caracteristicamente descentralizada, representando um desafio aos conceitos tradicionais de fronteira e de soberania estatal¹³. O cometimento de delitos ou ilícitos e a ocorrência de danos não estão mais restritos a um território específico, passando a ter caráter transnacional¹⁴.

No contexto atual da Sociedade da Informação¹⁵, a Internet é uma ferramenta não apenas de acesso à informação, mas, também, de controle e de coleta de dados¹⁶. No

¹¹ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Uso indevido de imagem de crianças e o papel da escola básica. *JOTA*. Publicado em 09 fev. 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/uso-indevido-de-imagem-de-criancas-e-o-papel-da-escola-basica-09022018>. Acesso em: 17 abr. 2020. “O uso de imagens de pessoas é, em si mesmo, um problema do nosso *tempo líquido*, para falar com Zygmunt Bauman. Obriga-nos a adotar uma série de comportamentos que visam resguardar a pouca privacidade que ainda nos resta a nós, pobres mortais. Há, é óbvio, os que não se importarão com essa perda de privacidade (vide *reality shows* tão em voga no mundo do entretenimento televisivo). A esses, sempre sobrarão a porta da autorização expressa para o uso de suas próprias imagens ou de seus filhos menores.”

¹² MARQUES, Cláudia Lima. A insuficiente proteção do consumidor nas normas de direito internacional privado – da necessidade de uma convenção interamericana (CIDIP) sobre a lei aplicável a contratos e relações de consumo. *Revista dos Tribunais*, 2001, v. 788, pp. 11-56. Transações comerciais são realizadas diariamente, nas quais, por exemplo, comprador, vendedor, fabricante e fornecedor encontram-se cada um em território de um Estado distinto. Da mesma forma, websites específicos promovem contato entre pessoas residentes em países diferentes, as quais podem posteriormente desejar contrair matrimônio ou praticar outros atos jurídicos em relação aos quais deverão ser determinadas a jurisdição e a lei aplicável.

¹³ JAYME, Erik. O direito internacional privado do novo milênio: a proteção da pessoa humana face à globalização. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGDir/UFRGS*. Porto Alegre, mar. 2003, v. 1, n. 1, pp. 136-146, p. 134. Nas palavras do autor, “qualquer um pode facilmente se libertar das amarras de sua existência limitada: velocidade, ubiquidade, liberdade; o espaço, para a comunicação, não existe mais.”

¹⁴ LESSIG, Lawrence. Internet: the architecture of privacy. *Vanderbilt Journal of Entertainment Law & Practice*, 1999, v. 1, pp. 56-101, (s.p.): “Nós estamos entrando em uma era na qual a privacidade em qualquer dos seus aspectos será fundamentalmente alterada – uma era na qual a extensão do monitorável, e o alcance do buscável, são muito maiores do que qualquer coisa que conhecemos até o momento.” (Tradução livre). “*We are entering an age when privacy in any sense of that term will be fundamentally altered – an age when the extent of the monitored, and the reach of the searchable, is far greater than anything we have known thus far.*”

¹⁵ COSTA, José Augusto Fontoura; SOLA, Fernanda. Op. cit., jul./dez. 2010, p. 296. Cumpre destacar a seguinte distinção, com a qual concordamos: “O que se denomina sociedade de informação também recebe, com algumas alterações, o nome de sociedade informacional, economia do conhecimento, sociedade pós-industrial, sociedade pós-moderna e sociedade em rede, entre outros nomes. Preferiu-se manter a expressão ‘sociedade de informação’ por ser esta a mais comumente utilizada.”

¹⁶ BASILIEN-GAINCHE, Marie-Laure. Les frontières européennes – Quand le migrant incarne la limite. *Revue de l’Union Européenne*, jun./2017, n.º 609, p. 5. “A tecnologização do controle das fronteiras e da gestão dos estrangeiros parece adaptada às exigências da identificação, da vigilância e do afastamento em um contexto complexificado pelos fenômenos de globalização dos fluxos e dos riscos.” (Tradução livre). “*La technologisation du contrôle des frontières et de la gestion des étrangers a paru adaptée aux exigences de l’identification, de la surveillance, et de l’éloignement dans un contexte complexifié par les phénomènes de globalisation des flux et des risques.*”

momento em que se destacam iniciativas legislativas que visam garantir a tutela de princípios e direitos básicos no ambiente *online*, a questão da privacidade dos dados pessoais tornou-se incontornável, inexistindo espaço para a circulação de dados e informações sem precauções ou restrições.

De fato, episódios recentes colocaram em evidência a necessidade de adaptação: a partir das revelações feitas por Edward Snowden acerca do tratamento de dados ilícitos por parte do serviço secreto dos Estados Unidos, outros casos nos quais dados foram mal utilizados, ou utilizados de forma maliciosa, passaram a ser descortinados¹⁷.

Restou claro, portanto, desde a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, sob acusação de manipular eleitores por meio de dados e postagens da rede Facebook¹⁸, até os casos de vazamento de dados de clientes, como da empresa Netshoes, a necessidade de estabelecer regras para o ambiente *online*.

¹⁷ LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. *Revista Política Externa*, mar./abr./maio 2011, v. 19, n.º 4, p. 12. Conforme aponta Celso Lafer, ao analisar o vazamento de informações e documentos pelo *Wikileaks*, a revolução digital ampliou de forma inédita a escala do armazenamento de informações e documentos, bem como a ubiquidade do potencial de sua divulgação pela Internet, de modo que uma das consequências de tal fenômeno seria a “crescente dificuldade de opor resistência ao devassamento da vida privada, de preservar o sigilo de dados bancários e fiscais, da correspondência proveniente de e-mails, de manter o segredo profissional e o sigilo das comunicações diplomáticas.”

¹⁸ ISAAK, Jim; HANNA, Mina J. User Data Privacy: Facebook, Cambridge Analytica and Privacy Protection. *Computer*, 2018, v. 51, n. 8, pp. 56-59, p. 57. Sobre a cessão de dados pessoais a terceiros e as possíveis implicações da utilização de tais dados, cumpre mencionar o episódio envolvendo o Facebook e a empresa *Cambridge Analytica*, o qual resultou em investigações e depoimentos tanto no âmbito do Congresso dos E.U.A. quanto do Parlamento da U.E.: “Em 2013, pesquisadores do Centro de Psicometria da Universidade de Cambridge analisou o resultado de voluntários que se submeteram a um teste de personalidade no Facebook para avaliar o seu perfil psicológico ‘OCEAN’ – abertura [*openness*], consciência [*conscientiousness*], extroversão [*extraversion*], concordabilidade [*agreeableness*] e neuroticismo [*neuroticism*] e correlacionar com suas atividades no Facebook (curtidas e compartilhamentos). [...] O quiz requeria a permissão do usuário para acesso do GSR ao seu perfil do Facebook, o qual garantia o acesso aos ‘amigos’ do usuário por meio do Facebook Open API até maio de 2015. [...] Cambridge Analytica percebeu que poderia integrar estas informações com uma série de dados de plataformas digitais, navegadores, compras *online*, resultados de votações, e outros, para construir ‘mais de 5000 pontos de dados sobre 230 milhões de adultos norte-americanos’. Acrescentando a análise OCEAN aos demais dados públicos e privados adquiridos, a Cambridge Analytica desenvolveu a habilidade de determinar ‘micro-alvos’ de consumidores ou eleitores para o envio de mensagens pelo ‘Projeto Alamo’, o qual foi utilizado na campanha eleitoral de Donald Trump. Algumas dessas mensagens eram criadas para a campanha de Trump, enquanto outras simplesmente destacavam ‘notícias’ disponíveis na Internet (as quais poderiam incluir conteúdo patrocinado pelo governo russo para interferir nas eleições norte-americanas). [...] Estes fatores sugerem que mudanças nas políticas tanto no nível corporativo quanto no nível legislativo são necessárias para garantir que os dados dos consumidores e eleitores norte-americanos sejam protegidos, que eles sejam notificados sobre a afiliação daqueles que buscam influenciá-los, e que eles tenham a oportunidade de participar, na condição de consumidores e cidadãos informados.” (Tradução livre). “*In 2013, researchers at the University of Cambridge’s Psychometrics Centre analyzed the results of volunteers who took a personality test on Facebook to evaluate their “OCEAN” psychological profile (openness, conscientiousness, extraversion, agreeableness, and neuroticism) and correlated it with their Facebook activity (likes and shares). [...] The quiz required users to grant GSR access to their Facebook profile, which granted access to users’ friends’ data through the Facebook Open API until May 2015. [...] Cambridge Analytica realized they could integrate this information with a range of data from social media platforms, browsers, online purchases, voting results, and more to build “5,000+ data points on 230 million US adults.” By adding OCEAN*

Tais regras se referem não apenas a princípios, direitos e garantias fundamentais, mas, também, à responsabilidade no tratamento de dados, seja pelo setor público ou privado, reconhecendo o caráter muitas vezes transnacional das relações estabelecidas¹⁹.

Conforme percebido por Dário Moura Vicente, “graças às redes de comunicações electrônicas, a exploração de muitos bens intelectuais passou a fazer-se à escala universal; e tornou-se bastante frequente a ocorrência de violações de direitos sobre esses bens simultaneamente em mais do que um país”²⁰ – e é nesse ponto que reside o elemento estrangeiro ou de estraneidade que traz relevância ao Direito Internacional Privado²¹.

Havendo um ou mais elementos estrangeiros envolvidos em determinado conflito, surgem discussões sobre o tribunal competente para julgar casos transnacionais, assim como sobre a lei a ser aplicada e seu respectivo país de origem. Se a vítima de um dano ou violação de direitos deseja demandar o responsável, deverá saber em qual tribunal nacional ajuizar a respectiva ação, enquanto a parte demandada deverá conhecer a lei que lhe é aplicável a fim de se defender.

analysis to the other private and public data acquired, Cambridge Analytica developed the ability to “micro-target” individual consumers or voters with messages most likely to influence their behavior. The OCEAN analysis was paired with a large number of targeted messages in “Project Alamo,” which was employed for the election campaign of President Trump. Some of these messages were created for the Trump campaign, and some simply leveraged “news” available on the Internet (which might have included content funded through the Russian campaign to disrupt the US elections). [...] These factors suggest that changes in policies at both corporate and legislative levels are needed to ensure that consumers and voters’ personal data is protected, that they are notified of the affiliation of those seeking to influence them, and that they have the best opportunity to participate as informed citizens and consumers.”

¹⁹ POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. Op. cit., 2018, p. 56. “Um provedor de aplicação, como uma rede de relacionamento social, pode ter sua sede ou estabelecimento comercial na Califórnia, armazenar arquivos em *data centers* na Finlândia e contar com uma base de usuários em todo o mundo. Todavia, caso um usuário brasileiro, por exemplo, sinta-se prejudicado por atos praticados ou ocorridos dentro dessa rede social, poderá ele recorrer aos tribunais de seu país para ajuizar uma ação de reparação de danos? Terá que recorrer ao poder judiciário do país onde está sediada a empresa provedora/ofertante da aplicação da rede social? Ou, ainda, aos tribunais do país em que estão os *data centers*? Definir a jurisdição competente para resolver litígios na Internet representa um dos principais desafios para estudiosos de uma área de interface entre o Direito Internacional Privado e o Direito de Internet. A tradição jurídica para delimitação de regras de jurisdição – como componente do Direito Processual Internacional – tem marcado conexão geográfica. A jurisdição continua sendo, afinal, um aspecto central da soberania do Estado, pois ela consiste no exercício do poder de modificar, criar ou extinguir relações e obrigações jurídicas entre as pessoas que de alguma forma se encontram sujeitas a esse Estado. Com o advento da Internet, dúvidas surgiram se essas características clássicas da jurisdição estatal podem ser conciliadas com as peculiaridades do espaço digital. Para decidir em qual país e em qual tribunal julgar determinado caso, atenta-se para fatores determinados pela localização física do autor, do réu, dos bens, da prestação do serviço etc.”

²⁰ MOURA VICENTE, Dário Manuel Lentz de. *Direito Internacional Privado*. Problemática Internacional da Sociedade da Informação. Coimbra: Almedina, 2005, p. 19.

²¹ Quanto a tal aspecto, cumpre destacar observação feita pelo orientador professor doutor Gustavo Ferraz de Campos Monaco em sede de revisão deste estudo, no sentido de que a *lex loci delicti commissi* parece anacrônica em tais casos. Isto porque, enquanto por um lado garante uma unicidade do tratamento normativo (o ilícito foi cometido em um local determinado), por outro ignora a deslocalização dos danos potenciais, desnaturando a responsabilidade civil ao conferir papel secundário ao nexo de causalidade. Isto posto, abre-se espaço para o fracionamento, ou *dépeçage*.

Os critérios de conexão tradicionalmente utilizados, ou seja, os quesitos que geralmente determinam a relação existente entre o caso, o tribunal competente e a lei aplicável, são caracterizados pela sua localização – em contraposição ao caráter descentralizado e deslocalizado da Internet no contexto da Sociedade da Informação²².

Se, por um lado, a rede mundial de computadores permite o acesso fácil e rápido a uma quantidade imensurável de informações circulando livremente²³, por outro, ela é caracteristicamente descentralizada²⁴, e representa um desafio aos conceitos tradicionais de fronteira e de soberania estatal, oferecendo novas questões em termos de lei aplicável e tribunal competente para a análise da questão plurilocalizada:

As relações jurídicas respeitantes à produção, utilização e transmissão de informação através de redes electrónicas de comunicação não se eximem, pois, à regulação estadual. O ideal de liberdade que se acha associado à Internet carece, por isso, de ser compatibilizado com o exercício das soberanias estaduais²⁵.

²² ROBERTO, Wilson Furtado. *Dano transnacional e internet: direito aplicável e competência internacional*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 26. “As normas de Direito internacional privado têm por objetivo regular o conflito de leis e determinar a jurisdição internacional competente para processar um litígio que apresente elementos que envolvam dois ou mais ordenamentos jurídicos. Nos casos que envolvem danos transnacionais por violação de direitos da personalidade e da propriedade intelectual, por decorrência do caráter não fronteiriço da internet, torna-se muito difícil a delimitação territorial entre os Estados, portanto, as regras de conflitos de leis e de competência internacional, enquanto baseadas em regras clássicas e/ou vigentes de conexão, podem mostrar-se, de certa maneira, inadequadas e desencorajantes. Entretanto, esse fato não pressupõe sua absoluta inaplicabilidade [...]. Os princípios tradicionais do Direito internacional privado se relacionam com atividades que tenham uma localização física, e não virtual [...]”

²³ POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. Op. cit., 2018, pp. 83-84. “Em oposição à tendência de livre fluxo de dados transfronteiriços, estão os regramentos sobre a localização de dados, que podem ser entendidos como “esforços a nível nacional ou regional para regular o fluxo de dados transfronteiriços ou criar incentivos para localizar o processamento e o armazenamento de dados [...]. Restrições quanto à localização de dados já foram propostas por diversos países, dentre os quais se destacam Alemanha, Rússia e Brasil, particularmente motivados por pressões públicas de combate à vigilância cibernética transfronteiriça e à espionagem de dados praticada por governos estrangeiros e empresas transnacionais. Essas restrições ocorrem no âmbito territorial e podem ser caracterizadas em cinco grandes modalidades: i) restrição do processamento de dados por entidades dentro de determinada jurisdição; ii) requerimento de que dados sejam armazenados *localmente* (dentro de determinado território); iii) mudanças na arquitetura da rede e uso de roteamento de dados para mantê-los dentro de um espaço territorial, como espécie de ‘confinamento informacional’; iv) políticas discriminatórias que permitem a implementação dessas restrições apenas por certas organizações, com o critério de origem/nacionalidade; e v) restrições ao movimento transfronteiriço de algumas categorias de dados. [...] A Neutralidade da Rede prescreve que o tráfego de dados na Internet deve ser tratado de maneira não discriminatória para que os usuários da mesma possam escolher livremente o conteúdo, os aplicativos, os serviços e os dispositivos utilizados, sem ser influenciados por uma disponibilização discriminatória do tráfego de dados na Rede. Segundo os defensores da neutralidade da rede, esse princípio é responsável por fazer com que a internet continue sendo uma rede com arquitetura aberta, em que usuários podem consumir, produzir e compartilhar todo tipo de conteúdo entre eles. A neutralidade da rede preserva, desse modo, a integridade da internet. Há pelo menos três formas de discriminar um conteúdo ou aplicação na internet: bloqueando, reduzindo sua velocidade ou cobrando preços diferentes de acesso.”

²⁴ COSTA, José Augusto Fontoura; SOLA, Fernanda. Op. cit., jul./dez. 2010, p. 297.

²⁵ MOURA VICENTE, Dário Manuel Lentz de. Op. cit., 2005, p. 101.

Impõe-se uma análise cuidadosa por se tratar de tema que possui especificidades que afastam a aplicação impensada e automática dos critérios de conexão tradicionais, a fim de que não incida uma lei que manifestamente não guarda qualquer relação com o conflito ou, ainda, que não seja ajuizada ação perante tribunal incompetente. A escolha do critério aplicável possui ampla repercussão em termos políticos, sociais e econômicos, de modo que é preciso justificá-la²⁶.

Esta pesquisa resultou da análise dos novos problemas e desafios suscitados no contexto da Sociedade da Informação, e parte da ideia de privacidade e sua relação com a proteção de dados para realizar uma análise essencialmente em termos de Direito Internacional Privado, expondo questões controversas e levando em consideração que os conflitos surgidos são eminentemente plurilocalizados.

Como resultado, o estudo está dividido em três partes: inicialmente, são abordados os conceitos, a evolução e o enquadramento normativo da privacidade e da proteção de dados em diferentes ordenamentos jurídicos. O objetivo da primeira parte, portanto, é situar o leitor no tema abordado, oferecendo as ferramentas necessárias à análise posterior.

A segunda parte do estudo, por sua vez, parte da qualificação dos objetos de estudo e da exposição das principais questões controversas, selecionadas a partir da relação que guardam com a proteção de dados, e da relevância no âmbito judicial. Constam, ainda, perspectivas e expectativas ligadas ao ambiente digital e suas implicações sobre o Direito, tanto de forma positiva quanto negativa, apontando novos desafios que podem surgir.

É possível, a partir da qualificação, na terceira parte da dissertação, abordar as questões do Direito Internacional Privado relacionadas à jurisdição competente e à determinação da lei aplicável, avaliando a forma como o enquadramento normativo dado anteriormente influencia tais aspectos. A proposta é, ao final, oferecer questões relevantes para reflexão, bem como ferramentas úteis à solução de eventuais conflitos envolvendo dados plurilocalizados e danos transnacionais.

²⁶ Id., *ibid.*, pp. 22-23. “É que a aplicação da lei do país de origem da informação disponibilizada em rede, assim como a atribuição de competência internacional aos tribunais desse país, sendo a solução mais conforme com a eficiência econômica e mais favorável à liberdade de expressão, depara com objeções fundadas na proteção dos consumidores e na salvaguarda da soberania estadual; mas a aplicação sem restrições da lei do país de destino da informação sujeitaria os fornecedores desta a ônus e encargos desmesurados, que os desincentivariam de oferecê-la em rede, e permitiria a qualquer Estado censurar a informação disponibilizada na Internet.”

CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Na primeira parte deste estudo foi apresentada a forma como se desenvolveu a Sociedade da Informação nas últimas décadas, bem como a influência exercida sobre os legisladores em diferentes locais do mundo. Diversos países – Brasil, inclusive – vêm aprovando normas específicas para regular o ambiente digital e, em especial, para solucionar os conflitos advindos da Internet.

As mudanças no meio digital são mais rápidas do que as adaptações legislativas, ensejando um estudo contínuo sobre o tema, bem como a reavaliação de conceitos tradicionalmente utilizados⁶¹⁹. No caso do Direito Internacional Privado, merecem revisão não apenas os conceitos de fronteira e soberania, mas, também, os critérios de qualificação utilizados para enquadrar os objetos das lides, determinar a competência jurisdicional e apontar a lei aplicável⁶²⁰.

Embora seja necessária uma nova interpretação de tais critérios, adaptada à realidade pós-moderna, conclui-se pela suficiência das normas já existentes no

⁶¹⁹ RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá; ALMEIDA, Bruno. A cinemática jurídica global: conteúdo do Direito Internacional Privado contemporâneo. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, 2011, v.1, n. 20, ISSN 22363475. Disponível em: file:///C:/Users/anadi/Downloads/1516-8697-2-PB.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020. Para confirmar tais mudanças, os autores apresentam o entendimento de COTTERRELL, Roger. Is it so bad to be different? In: ÖRÜCÜ, Esin; NELKEN, David (Eds.). *Comparative law: a handbook*. Portland: Hart Publish, 2007, e de DOLINGER Jacob. *Direito Internacional Privado – Parte Geral*. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008: “Muito embora as distâncias geográficas e de comunicação tenham sido minimizadas pela revolução dos transportes e da telecomunicação com amplas possibilidades em tempo real, persistem barreiras de todas ordens com repercussão no mundo jurídico. Militar em prol da diversidade e da pluralidade parece ser a tônica do Terceiro Milênio (COTTERRELL, 2007, p. 133). Assim, tendo em vista que o Direito Internacional Privado é, por excelência, o direito da tolerância (DOLINGER, 2008, p. 23), é preciso sempre atentar para as lições do passado para que a boa compreensão dessa disciplina auxilie na superação dos desafios hodiernos.”

⁶²⁰ POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. *Governança global da internet, conflito de leis e jurisdição*. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS), 2018, p. 171 e ss. “A erosão dos princípios e regras clássicos em virtude de processos da globalização e da informatização da comunicação levanta questionamentos quanto à própria viabilidade e adequação da aplicação dessas normas nesse novo cenário. Questiona-se se a internet possibilita que seus usuários realizem atividades novas, ou se ela apenas permite que pessoas façam atividades tradicionais de novas formas e em quantidades maiores. [...] Ao se debruçar sobre este questionamento, Jack Goldsmith afirma que as atividades conduzidas na internet não são diferentes daquelas realizadas no mundo não digital. Segundo ele, transações *online* utilizam a internet como meio, mas não deixam de ser transações entre duas ou mais pessoas reais, localizadas em jurisdições diferentes. Transações digitais são funcionalmente idênticas às atividades transfronteiriças realizadas por outros meios, como por correio ou telefone. [...] Contrariando Goldsmith, David G. Post afirma que a internet é essencialmente excepcional. Conforme defendido por ele, as questões advindas das relações travadas na internet são diferentes e mais intrincadas do que aquelas que surgem a partir das interações no mundo real. Assim, os conflitos de jurisdição nos litígios de internet não podem ser adequadamente resolvidos por meio da aplicação de princípios e regras tradicionais, que foram desenvolvidos para lidar com conflitos jurisdicionais referentes ao mundo real. Um dos argumentos apresentados por Post se assenta na grande quantidade de produtos que são comercializados mundialmente *online*. Ele alega que, apesar de o comércio transnacional ter existido antes da internet, ele não ocorria com a escala de hoje. As circunstâncias mudaram de tal forma que aplicar regras clássicas de jurisdição aos litígios *online* prejudicaria a prestação jurisdicional às partes interessadas.”

Ordenamento para solucionar a quase totalidade dos conflitos. Não parece, contudo, ao menos no que se refere ao Direito Internacional Privado, ser necessária a edição de novo diploma normativo, trazendo normas específicas para o contexto digital.

De fato, as normas de conflito encontradas no CPC, LINDB ou CDC, por exemplo, não restam prejudicadas pelo MCI ou pela LGPD: ao contrário, a hermenêutica conjunta dos diplomas não é apenas possível, mas necessária para conferir à norma a aplicação dos princípios e valores que o legislador buscou proteger.

Nesse contexto, surgem novas questões de ordem pública que devem ser levadas em conta por ocasião do reconhecimento de sentenças estrangeiras. Por outro lado, faz-se necessário apreciar a efetividade e a possibilidade de cumprimento das decisões emanadas em território nacional decorrentes de conflitos plurilocalizados.

Na segunda parte da pesquisa foram apresentadas algumas questões relevantes e controvertidas, bem como normas materiais a elas aplicáveis, igualmente inseridas no contexto digital. Objetivou-se, com isso, trabalhar o aspecto da qualificação em demandas que envolvem a proteção de dados, privacidade e danos transnacionais. Conforme exposto em sede de conclusão preliminar, destaca-se a importância da correta qualificação, lembrando o fato de que esta poderá produzir resultados materiais distintos, a depender da *lex fori* ou da *lex causae*.

Ao longo desses capítulos buscou-se expor a problemática estudada, bem como oferecer elementos necessários à análise da competência e da lei aplicável na terceira e última parte. Há, ainda, aspectos que podem ser trabalhados posteriormente, tais como a cooperação internacional⁶²¹, somente tangenciada nesta dissertação. Efetivamente, os temas aqui abordados abrem inúmeras oportunidades em termos acadêmicos, pois trazem novos problemas e suscitam a necessidade de distintas soluções.

Cumprе questionar, contudo, se diante desta exposição, os critérios de conexão atualmente utilizados se mostram adequados e suficientes para lides que envolvem a

⁶²¹ RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Cooperação Internacional. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, 2005, v. 13-14, pp. 185-203, p. 188. “Vários aspectos da cooperação tecnológica foram objeto das convenções assinadas durante a Reunião Rio 1992, tais como: acesso à tecnologia, sistemas de informação, desenvolvimento de recursos humanos e mecanismos financeiros. Além desses, foram reiterados princípios internacionais consagrados pelo Programa de Ação votado em Viena em 1979, tanto que, na Declaração do Rio, estão relacionados em seus arts. 5º, 7º e 9º, princípios relacionados à mobilização para o desenvolvimento e à questão da transferência de tecnologia. Esses princípios internacionais foram, ainda, ratificados pela Assembleia Geral das Nações Unidas também em 1992. Entretanto, apesar do aparente consenso e desse reconhecimento internacional, enquanto países menos desenvolvidos e ONGs buscam facilitar o acesso à tecnologia, verifica-se a fortificação das barreiras protecionistas, de propriedade intelectual, dos países desenvolvidos, mantendo o conflito e a dualidade de interesses constantes das negociações das convenções e acordos internacionais.”

Internet. Uma revisão da interpretação dos critérios e princípios já utilizados, tendo como pano de fundo a Sociedade da Informação, parece ser suficiente para garantir tal adequação, de modo que não parece necessária nem viável a criação de um “Direito Internacional da Internet” com pretensões universalistas, ao menos no presente momento⁶²².

Válido, ainda, levar em consideração a tolerância e o respeito à diversidade cultural e jurídica⁶²³. É importante, contudo, que as regras que norteiam o julgador sejam claras, de modo a garantir não apenas a harmonia das decisões judiciais, como, também, a segurança das partes quanto aos locais em que podem demandar uma à outra, bem como quanto à lei aplicável aos conflitos surgidos e aos contratos celebrados⁶²⁴.

⁶²² Id., *ibid.*, pp. 122-124. “Com tantas complexidades e dificuldades envolvendo a aplicação de regras e princípios tradicionais na resolução de conflitos de jurisdição na internet, é natural que alternativas começassem a ser propostas para superá-las. A maioria dessas soluções reconheceram a difícil aplicação dos princípios tradicionais ou também consideram indesejável a adaptação das novas tecnologias a estes princípios. [...] A ideia de um Direito Internacional da internet existe desde o princípio da própria internet, quando David Johnson e David Post argumentaram que o ciberespaço seria um local radicalmente diferente do mundo *offline* e que, por isto, deveria ser regido pelo seu próprio Direito, como se possuísse sua própria soberania. A ideia foi considerada ingênua e simplista e já na época em que os primeiros trabalhos a respeito foram lançados, mas foi de importância seminal para que teorias mais consistentes fossem desenvolvidas na década seguinte. [...] Com a popularização e expansão do acesso à internet, questões envolvendo direitos humanos, propriedade intelectual, comércio eletrônico e outros tópicos até então não trabalhados por essas organizações, passaram a exigir uma atenção maior dos atores interessados, na medida em que cresceram em sua relevância para a sociedade moderna. [...] Entretanto, a própria autora admite que o desenvolvimento de um marco regulatório internacional para a internet depende, em grande medida, do consenso e cooperação entre diversos Estados. Nos atuais fóruns de debate multissetorial, já se reconheceu a dificuldade de alcançar um consenso entre países com valores culturais e interesses soberanos tão distintos, como aqueles que possuem os maiores números de usuários de internet. Os próprios instrumentos legislativos de *hard law* são esparsamente ratificados pelos Estados, não tendo signatários influentes, como Brasil e Rússia. Sequer há consenso a respeito de um ponto tão crucial como o modelo multissetorial: tradicionalmente, países como China e Rússia favoreceram o modelo multilateral e intergovernamental, que se baseia na primazia de organizações internacionais (como as Nações Unidas, a União Internacional de Telecomunicações, a Organização Mundial da Propriedade Intelectual e Organização Mundial do Comércio) na regulação transnacional da rede, sem intervenção de outros setores. Existem, ainda, os já citados problemas relacionados a paraísos jurisdicionais. O desenvolvimento de um Direito Internacional da internet ainda tem, portanto, diversos e complexos desafios a enfrentar antes de atingir um patamar de aceitação universalmente satisfatória. [...] Enfrentar questões relativas à jurisdição na internet envolverá uma ressignificação de conceitos antes pacíficos, como os de comunidade, território, soberania, fronteira e estatalidade. Embora esses elementos continuem existindo na sociedade da informação, eles sofrem mitigações. O Direito deve renunciar a uma posição de negligência e acompanhar essas mudanças; com isso, tem condições de compreender os conceitos e narrativas de forma social e politicamente contextualizadas.”

⁶²³ MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *Controle de constitucionalidade da lei estrangeira*. São Paulo: Quartier Latin, 2013, p. 25. “O império de diferentes leis, ditadas para diferentes realidades sociais, por diferentes soberanias, e o entrecruzamento que decorre desse cenário são produtos da tolerância política, religiosa, étnica, econômica. E, se tais formas de tolerância tornaram possíveis as diferenças quanto à razão do governo jurídico dos diferentes conglomerados humanos dotados de soberania, gerando diferentes leis, a mesma tolerância mostra-se um imperativo para a manutenção e o pacífico convívio entre tais diferentes aspectos da realidade social.”

⁶²⁴ POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. *Op. cit.*, 2018, pp. 171 e ss. “Naturalmente, não seria possível negar que a internet trouxe elementos novos para a compreensão dos conflitos de jurisdição. Um site pode permitir que qualquer pessoa do Globo com acesso à internet adquira produtos nele disponíveis. Precisamente porque ele é acessado em escala global, o seu

De fato, embora conste na LGPD dispositivo delimitando o seu âmbito de aplicação material (art. 3º), bem como dispositivo que expressa a obrigação da filial, representante ou sucursal de empresa estrangeira no Brasil (art. 61), as questões relativas ao Direito Internacional Privado poderiam ter sido trabalhadas de forma mais aprofundada pelo legislador nacional, levando em conta o aumento significativo de demandas relativas à privacidade e à proteção de dados na rede⁶²⁵, bem como a possibilidade de surgimento de conflitos de qualificação.

A LGPD poderia, por exemplo, ter disposto, de forma clara, a natureza dos dados, mediante uma conceituação mais detalhada do que a constante no art. 5º, e esclarecer, também, se os direitos a eles relacionados são de natureza fundamental ou contratual.

Cabe aguardar e analisar a forma como tais normas serão aplicadas pelo Judiciário brasileiro a partir de agosto de 2020, cujo fim será o de tutelar o direito à privacidade e à proteção de dados em um contexto notadamente transnacional e plurilocalizado. Não obstante, a pesquisa demonstra que já existem normas no Ordenamento Jurídico nacional que designam critérios de qualificação e de conexão aplicáveis mesmo a demandas que

proprietário também pode ser eventualmente processado por um consumidor em qualquer local do planeta. O risco de possíveis ações e a conformidade (o compliance) com a lei local têm consequências sobre a viabilidade do negócio. Da mesma forma, um jornal de notícias *online* pode sofrer uma ação em seu desfavor em qualquer jurisdição, ainda que, segundo a lei interna do local da sede da companhia que administra este site, o conteúdo das notícias não possui qualquer irregularidade. Essa variedade identificada nos ordenamentos jurídicos dos Estados enseja uma multiplicidade de prioridades dos Estados ao estabelecer ou negar a sua jurisdição. Certos países podem considerar a proteção dos consumidores como mais importante do que a promoção do comércio eletrônico, de forma a adotar uma política agressiva de afirmação da sua jurisdição para proteger os consumidores locais (foro do domicílio do autor/consumidor). Outros Estados podem enfatizar a promoção da intimidade de seus nacionais, afirmando a sua jurisdição para resolução de litígios envolvendo violação da privacidade. Além disso, a aplicação de regras tradicionais no espaço digital pode resultar em denegação de justiça. Se, por exemplo, o foro do domicílio do autor do ato lesivo é admitido como critério absoluto para a fixação da competência de um tribunal estatal, muitas pessoas ficarão, inevitavelmente, fadadas a não receber qualquer prestação jurisdicional, pois o juiz competente para processar e julgar a demanda pode estar localizado, muitas vezes, em outro continente. Em termos práticos, o acesso à justiça restaria negado em sua essência. Portanto, a autoridade julgadora deve refletir sobre as regras e princípios clássicos, com o objetivo de redefini-los para lidar com os conflitos transnacionais de jurisdição no espaço digital.”

⁶²⁵ DONEDA, Danilo. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. *Espaço Jurídico*. Joaçaba, SC, jul./dez. 2011, v. 12, n. 2, pp. 91-108, p. 103. “No panorama do ordenamento brasileiro, o reconhecimento da proteção de dados como um direito autônomo e fundamental não deriva de uma dicção explícita e literal, mas da consideração dos riscos que o tratamento automatizado traz à proteção da personalidade à luz das garantias constitucionais de igualdade substancial, liberdade e dignidade da pessoa humana, juntamente com a proteção da intimidade e da vida privada. [...] Parece existir no Direito brasileiro, de forma generalizada, uma consciência de que seria possível tratar de forma satisfatória os problemas relacionados às informações pessoais em bancos de dados a partir de uma série de categorizações, geralmente generalistas e algo abstratas: sobre o caráter rigidamente público ou particular de uma espécie de informação; a respeito da característica sigilosa ou não de determinada comunicação, e assim por diante. Enfim: com um sistema baseado em etiquetas, permissões ou proibições para o uso de informações específicas, sem considerar os riscos objetivos potencializados pelo tratamento informatizado das informações pessoais.”

envolvem danos transnacionais e Internet, diante de todas as suas particularidades, com ênfase na deslocalização.

Isto não significa, contudo, que tais normas dispensam reflexão: pelo contrário, é necessário avaliar a forma como os diplomas normativos mais recentes influenciam a interpretação dos critérios que já vigoravam anteriormente. Tal reflexão, ao apontar novos desafios e possíveis soluções, constituiu o centro desta pesquisa, na qual se buscou fomentar discussões sob aspectos ainda pouco explorados e extremamente atuais.

REFERÊNCIAS

ABRAHAM, Marcus; RICARDO CATARINO, João. O uso da inteligência artificial na aplicação do direito público: o caso especial da cobrança dos créditos tributários – um estudo objetivado nos casos brasileiro e português. e-Pública: *Revista Eletrônica de Direito Público*, 2019, v. 6, n. 2, pp. 188-219.

ABREU, Jacqueline de Souza. O compartilhamento de dados pessoais no Decreto n.º 8.789/16: um Frankenstein de dados brasileiro? *Uol*, 08 jul. 2016. Disponível em: <http://jota.uol.com.br/o-compartilhamento-de-dados-pessoais-no-decreto-n-8-78916-um-frankenstein-de-dados-brasileiro>. Acesso em: 20 jul. 2016.

ABREU, Jacqueline de Souza; SMANIO, Gianluca Martins. Compatibilizando o uso de tecnologia em investigações com direitos fundamentais: o caso das interceptações ambientais. *Revista Brasileira de Direito Processual Penal*, 2019, v. 5, n. 3, pp. 1449-1481.

ABRUSIO, Juliana. O direito ao esquecimento na Internet e a (im)possibilidade de recomeçar. *CESA - Anuário*, 2013, v. 1, pp. 17-26.

ABRUSIO, Juliana. Com certo atraso, Brasil finalmente é inserido no rol de países com marco legal em proteção de dados. *Informativo Migalhas*, 2018, v. 1. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/depeso/286385/com-certo-atraso-brasil-finalmente-e-inserido-no-rol-de-paises-com-marco-legal-em-protecao-de-dados>. Acesso em: 18 abr. 2020.

ABRUSIO, Juliana. O uso do link patrocinado como prática de conduta desleal no comércio da internet. *Pensamento Jurídico*, 2018, v. 12, pp. 291-311.

ACCIOLY, Dante. Comissão aprova MP que cria órgão para proteção de dados. *Agência Senado*, 07 maio 2019. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/05/07/comissao-aprova-mp-que-cria-orgao-para-protecao-de-dados>. Acesso em: 14 out. 2019.

ADORNO JÚNIOR, Helcio Luiz; SOARES, Marcele Carine dos Praseres. Processo judicial eletrônico, acesso à justiça e inclusão digital: os desafios do uso da tecnologia na prestação jurisdicional. *Revista Universitas*. Ano 2, jul./dez. 2013, n.º 11, pp. 65-86.

ÁFRICA DO SUL. *Protection of Personal Information Act (PROPIA)*, 2013. Disponível em: https://www.gov.za/sites/default/files/gcis_document/201409/3706726-11act4of2013protectionofpersonalinforcorrect.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

AGU. Advocacia Geral da União. *Advocacia-Geral aposta em inteligência artificial e automação de processos para agilizar trabalhos jurídicos*, 26 fev. 2013. Disponível em: http://www.agu.gov.br/page/content/detail/id_conteudo/230719. Acesso em: 15 dez. 2019.

ALEMANHA. *Gesetz zur Neuregelung der Telekommunikationsüberwachung und anderer verdeckter Ermittlungsmaßnahmen sowie zur Umsetzung der Richtlinie*, 2006/24/EG.

ALEMANHA. *Strafprozessordnung* – StPO.

ALEMANHA. *Telekommunikationsgesetz* – TKG.

ALEMANHA. *Tribunal Constitucional Federal Alemão*. BvR 256/08, julgado em 02 mar. 2010. Disponível em: http://www.bverfg.de/e/rs20100302_1bvr025608en.html. Acesso em: 05 mar. 2020.

ALVES, Hugo Ramos. Smart contracts: entre a tradição e a inovação. In: CORDEIRO, António Menezes *et al.* *FinTech II: novos estudos sobre tecnologia financeira*. Coimbra: Almedina, 2019.

AMORIM, Ana. O direito à privacidade e a evolução tecnológica: a propósito da publicidade com recurso ao reconhecimento facial. In: ANJOS, M. R.; AZEVEDO, P. A.; GONÇALVES, R. M.; VEIGA, F. S. (Eds.). *Atualidades na Ciência Jurídica: Intercâmbio Ibero-Americano*. Maia, Portugal: Ed. Ismai, 2018, pp. 269-276. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11328/2836>. Acesso em: 05 mar. 2020.

ANDRADE, Mariana Dionísio de. Tratamento jurídico das criptomoedas: a dinâmica dos bitcoins e o crime de lavagem de dinheiro. *Revista Brasileira de Políticas Públicas UniCEUB*, dez. 2017, v. 7, n. 3, pp. 44-59.

ANGOLA. *Lei n.º 7, de 16 de fevereiro de 2017*. Lei de Proteção das Redes e Sistemas Informáticos. Disponível em: <https://animalexdominis.files.wordpress.com/2018/03/proteccc3a7c3a3o-das-redesesistemas-informc3aalticos-2017.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

ANTUNES, Júlia Caiuby de Azevedo. A previsibilidade nas condenações por danos morais: uma reflexão a partir das decisões do STJ sobre relações de consumo bancárias. *Revista Direito GV*. São Paulo, jun. 2009, v. 5, n. 1, pp. 169-184. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322009000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 09 mar. 2020.

ARAÚJO, Nadia de. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. 6. ed. Porto Alegre: Revolução eBook, 2016.

ARBIX, Glauco. Inteligência artificial ainda sofre com algoritmos enviesados. *Jornal da USP*, 18 nov. 2019. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/colunistas/inteligencia-artificial-ainda-sofre-com-algoritmos-enviesados/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ARBULU, Rafael. Novo sistema de vigilância chinês identifica pessoas pelo jeito de andar. *Canaltech*, 07 nov. 2018. Disponível em: <https://canaltech.com.br/seguranca/novo-sistema-de-vigilancia-chines-identifica-pessoas-pelo-jeito-de-andar-126421/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ARGENTINA. *Ley Nacional de Protección de Datos Personales n.º 25.326, de 30 de outubro de 2000*. Disponível em: https://www.oas.org/juridico/pdfs/arg_ley25326.pdf. Acesso em: 06 jan. 2020.

ASSOCIAÇÃO INTERLAB DE PESQUISA EM DIREITO E TECNOLOGIA. O que está em jogo no debate sobre dados pessoais no Brasil? *Relatório final sobre o debate público promovido pelo Ministério da Justiça sobre o anteprojeto de Lei de Proteção de Dados pessoais*. São Paulo, 2016. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2016/05/reporta_apl_dados_pessoais_final.pdf. Acesso em: 17 abr. 2016.

ASSOCIAÇÃO INTERLAB DE PESQUISA EM DIREITO E TECNOLOGIA. *O que são dados pessoais?* [especial]. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/pt/opiniaio/especial-o-que-sao-dados-pessoais/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

AUDIT, Bernard. Qualification et droit international privé. *Droits*, 1993, n. 18.

AUSLOOS, Jef; KINDT, Els; LIEVENS, Eva; VALCKE, Peggy; DUMORTIER, Jos. Guidelines for Privacy-Friendly Default Settings, Feb. 18, 2013. *ICRI Research Paper n. 12/2013*. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2220454>. Acesso em: 08 mar. 2020.

BAHL, Aman; BHARSAKLE, Sarthak. The Privacy Jungle – Comparative Study of the Indian Personal Data Protection Act, 2018, with EU GDPR and California Privacy Law. *Indian Journal of Law and Public Policy (IJLPP)*, dez. 2019. Disponível em: <https://ijlpp.com/the-privacy-jungle-comparative-study-of-the-indian-personal-data-protection-act-2018-with-eu-gdpr-and-california-privacy-law/>. Acesso em: 06 jan. 2020.

BAPTISTA, Luiz Olavo. Aplicação do direito estrangeiro pelo juiz brasileiro. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, abr./jun. 1999, ano 36, n.º 142.

BARBAGALO, Érica Brandini; DE MATTIA, Fábio Maria. *Contratos eletrônicos: contratos formados por meio de redes de computadores peculiaridades jurídicas da formação do vínculo*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2000.

BARBOSA, Danilo Ricardo Ferreira; SILVA, Carlos Sérgio Gurgel da. A coleta e o uso indevido de dados pessoais: um panorama sobre a tutela da privacidade no Brasil e a Lei Geral de Proteção de Dados. *RJLB*, ano 5, 2019, n.º 6, pp. 473-514.

BASILIEN-GAINCHE, Marie-Laure. Les frontières européennes – Quand le migrant incarne la limite. *Revue de l'Union Européenne*, jun./2017, n.º 609.

BATALHA, Wilson de Souza Campos. *Tratado de Direito Internacional Privado*. São Paulo: RT, 1997, v. I.

BERGÉ, Jean-Sylvestre; GRUMBACH, Stéphane. The datasphere and the law: new space, new territories. *Revista Brasileira de Políticas Públicas (Brazilian Journal of Public Policy)*. Direito e o Mundo Digital, dez. 2017, v. 7, n.º 8.

BEVILÁQUA, Clóvis. *Comentários ao Código Civil*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1949, v. I.

BIONI, Bruno Ricardo. *Proteção de dados pessoais*. A função e os limites do consentimento. Rio de Janeiro: Forense, 2019.

BIOY, Xavier. Le libre développement de la personnalité en droit constitutionnel, essai de comparaison (Allemagne, Espagne, France, Italie, Suisse). *Revue Internationale de Droit Comparé*, 2003, v. 55, n.º 1, pp. 123-147.

BITTAR, Carlos Alberto. *Responsabilidade civil – Teoria e prática*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

BOYLE, James. Foucault in Cyberspace: Surveillance, Sovereignty and Hardwired Censors. *University of Cincinnati Law Review*, 1997, n.º 66.

BRANDÃO, André Martins. Interpretação jurídica e direito à privacidade na Era da Informação: uma abordagem da hermenêutica filosófica. *Revista Paradigma*. Ribeirão Preto, SP, ano XVIII, jan./dez. 2013, n.º 22, pp. 232-257.

BRASIL (Constituição, 1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm. Acesso em: 19 out. 2019.

BRASIL. *Decreto-Lei n.º 4.657 de 04 de setembro de 1942*. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del4657.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 5.534, de 14 de novembro de 1968*. Dispõe sobre a obrigatoriedade de prestação de informações estatísticas e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5534.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 8.069, de 13 de julho de 1990*. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990*. Dispõe sobre a proteção do consumidor e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18078.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Decreto n.º 99.710, de 21 de novembro de 1990*. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 9.296, de 24 de julho de 1996*. Regulamenta o inciso XII, parte final, do art. 5º da Constituição Federal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9296.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Decreto n.º 1.979, de 09 de agosto de 1996*. Promulga a Convenção Interamericana sobre Normas Gerais de Direito Internacional Privado, concluída em Montevidéu, Uruguai, em 8 de maio de 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1996/D1979.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 9.472, de 16 de julho de 1997*. Dispõe sobre a organização dos serviços de telecomunicações, a criação e funcionamento de um órgão regulador e outros aspectos

institucionais, nos termos da Emenda Constitucional nº 8, de 1995. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9472.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n. 9.613, de 3 de março de 1998*. Dispõe sobre os crimes de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores; a prevenção da utilização do sistema financeiro para os ilícitos previstos nesta Lei; cria o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF), e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19613.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002*. Institui o Código Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Resolução CNS n.º 340, de 08 de julho de 2004*. Incorpora todas as disposições contidas na Resolução CNS n.º 196/96, do Conselho Nacional de Saúde, sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos, da qual é parte complementar da área temática específica, e incorpora também, no que couber, as disposições constantes das Resoluções CNS n.º 251/97, 292/99, 303/2000 e 304/2000. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2004/res0340_08_07_2004.html. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 12.414, de 9 de junho de 2011*. Disciplina a formação e consulta a bancos de dados com informações de adimplemento, de pessoas naturais ou de pessoas jurídicas, para formação de histórico de crédito. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112414.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inc. XXXIII do art. 5º, no inc. II do § 3º do art. 37, e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 13.737, de 30 de novembro de 2012*. Dispõe sobre a tipificação criminal de delitos informáticos; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 12.850, de 02 de agosto de 2013*. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei n. 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei n. 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112737.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 12.965, de 23 de abril de 2014*. Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112965.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015*. Código de Processo Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113105.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Decreto n.º 8.506, de 24 de agosto de 2015*. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos da América para melhoria da observância tributária internacional e implementação do FATCA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/decreto/D8506.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Decreto n.º 8.789, de 29 de junho de 2016*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8789.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Lei n.º 13.709, de 14 de agosto de 2018*. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. *Decreto n.º 9.663/2019, de 1º de janeiro de 2019*. Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2019/Decreto/D9663.htm. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL 3.420/2019*. Altera o a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, a fim de alterar o critério da multa aplicada às entidades de direito privado em caso de vazamento de dados pessoais. Autoria de Heitor Freire (PSL/CE), apresentado em 11 jun. 2019. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207337>. Acesso em: 09 mar. 2020.

BRASIL. Ministério Público do Distrito Federal e Território (MPDFT). *Vazamento de dados leva MPDFT a ajuizar ação contra grupo que explora criptomoedas*, 26 abr. 2019. Disponível em: <https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/sala-de-imprensa/noticias/noticias-2019/10794-vazamento-de-dados-leva-mpdft-a-ajuizar-acao-contra-grupo-que-explora-criptomoedas>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BRASIL. *Projeto de Lei n. 5.762/2019*. Altera a Lei n. 13.709 de 2018, prorrogando a data da entrada em vigor de dispositivos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD – para 15 de agosto de 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2227704>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n.º 1.179/2020*. Dispõe sobre o Regime Jurídico Emergencial e Transitório das relações jurídicas de Direito Privado (RJET) no período da pandemia do coronavírus (Covid-19). Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2247564>. Acesso em: 17 abr. 2020.

BRASIL. Ministério Público Federal. *Nota Técnica Conjunta – PFDC & Câmara Criminal – Epidemia Covid-19 e PLS (Substitutivo) 1.179/20*: Manutenção do prazo de entrada em vigor da LGPD (ressalvadas as sanções administrativas). PLS (Substitutivo) 1179/20, trata do Regime Jurídico Emergencial e transitório das relações jurídicas de Direito Privado no período da pandemia da doença do coronavírus-19 (COVID-19). Art. 25 do PLS ajustado, que adia a *vacatio legis* da LGPD – Lei Geral de

Proteção de Dados até 1º de janeiro de 2021, com a ressalva de que os artigos relativos às sanções só entrarão em vigor em agosto de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/dl/nota-tecnica-lgpd.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2020.

BUSINESS GHANA. *We are working on a cyber security law* – Ursula meets the press [online]. 14 dez. 2018. Disponível em: [https://www.businessghana.com/site/news/General/178337/We-are-working-on-a-cyber-security-law-Ursula-meets-the-press-\(full-address\)](https://www.businessghana.com/site/news/General/178337/We-are-working-on-a-cyber-security-law-Ursula-meets-the-press-(full-address)). Acesso em: 06 jan. 2020.

CAMARA, Dennys Eduardo Gonsales; LAZZARINI, Giuseppe Mateus Boselli; GHERINI, Pamela Michelena de Marchi. *E-sports: visão geral e desafios jurídicos*. Disponível em: <https://baptistaluz.com.br/wp-content/uploads/2018/10/artigo-baptista-luz-pt-E-sports.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2019.

CAMARGO, Solano de. *Forum shopping: modo lícito de escolha de jurisdição?* Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Orientador: Prof. Dr. Gustavo Ferraz de Campos Monaco. São Paulo, 2015.

CAMARGO, Solano de. O reconhecimento e a execução de sentenças cibernéticas no Direito Internacional Privado. In: MALHEIROS, Clara; MONTE, Mário Ferreira; PEREIRA, Maria Assunção; GONÇALVES, Anabela (Orgs.). *Direito na Lusofonia*. Direito e novas tecnologias. Braga: Escola de Direito da Universidade do Minho, 2018, v. 1, pp. 477-484.

CAMARGO, Solano de. As sanções da LGPD e o Inferno de Dante. *Revista do Advogado*, nov. 2019, v. 1, n.º 144, pp. 220-232.

CAMARGO, Solano de. *Homologação de sentenças estrangeiras: Ordem Pública Processual e Jurisdições Anômalas*. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

CAMARGO, Solano de. LGPD restringe inovações na saúde. *Valor Econômico*. São Paulo, 24 jun. 2019. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2019/06/24/lgpd-restringe-inovacoes-na-saude.html>. Acesso em: 05 mar. 2020.

CARVALHO, Marcelo Sávio Revoredo Menezes de. *A trajetória da Internet no Brasil: do surgimento das redes de computadores à instituição dos mecanismos de governança*. 239 p. Dissertação (Mestrado em Ciências de Engenharia de Sistemas e Computação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: COPPE, 2006.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. I.

CASTRO, Emília Lana de Freitas; WINTER, Patrícia Pereira. O conflito de jurisdições em caso de violação de direitos da personalidade por publicação na internet. *Revista de Estudos Jurídicos – Unesp*, 2014, v. 18.

CAVALIERI FILHO, Sergio. *Programa de responsabilidade civil*. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

CEDH. Convenção Europeia dos Direitos do Homem. Roma, 4 nov. 1950. Disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em: 09 jan. 2020.

CEJAS, Eileen Berenice; GONZÁLEZ, Carlos César. Estado de la normativa sobre video vigilancia en Argentina y su relación con la protección de datos personales. *SID 2015 – 15º Simposio Argentino de Informática y Derecho*. Disponível em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/55549/Documento_completo.pdf?sequence=1. Acesso em: 06 jan. 2020.

CELLI JÚNIOR, Umberto. Solução de conflitos na União Europeia: lições para o Mercosul? *Revista da Faculdade de Direito. Universidade de São Paulo*. São Paulo, 2002, v. 97, pp. 415-434.

CEYHAN, Ayse. Technologization of Security: management of uncertainty and risk in the age of biometrics. *Surveillance & Society*, 2008, v. 2, n.º 5, pp. 102-123.

CHING, Ke Wan; SINGH, Manmeet Mahinderjit. Wearable technology devices security and privacy vulnerability analysys. *International Journal of Network Security & Its Applications (IJNSA)*, maio 2016, v. 8, n. 3. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/ed59/579757a718715ef61c3346a667257464d312.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

CHRISTENSEN, Katie. The California Consumer Privacy Act of 2018: are your interests at stake? *Golden Gate University School of Law – GGU Law Review Blog*. 10 jan 2018. Disponível em: https://digitalcommons.law.ggu.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1055&context=ggu_law_review_blog. Acesso em: 06 jan. 2020.

CISCO. Relatório Cisco VNI Mobile. Disponível em: <https://www.cisco.com/c/en/us/solutions/service-provider/visual-networking-index-vni/index.html#~mobile-forecast>. Acesso em: 02 nov. 2019.

CITTADINO, Gisele. *Pluralismo, Direito e Justiça Distributiva: elementos da filosofia constitucional contemporânea*. 4. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2009.

CNJ. Conselho Nacional de Justiça. *Inovações em Inteligência Artificial para o PJe são apresentadas no CNJ*, 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/inovacoes-em-inteligencia-artificial-para-o-pje-sao-apresentadas-no-cnj/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

COAF. Conselho de Controle de Atividades Financeiras. *Relatório de Atividades 2018*. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/relatorio-de-atividades/arquivos/relatorio-de-atividades-coaf-2018.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2019.

COLOMBIA. *Ley Estatutaria n. 1.266, de 2008*. Parcialmente Regulamentada por el Decreto n. 1.081, de 2015. Disponível em: <https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=34488>. Acesso em: 17 abr. 2020.

COLOMBIA. *Ley Estatutaria n. 1.581, de 2012*. Reglamentada parcialmente por el Decreto Nacional n. 1.377, de 2013. Disponível em: https://www.defensoria.gov.co/public/Normograma%202013_html/Normas/Ley_1581_2012.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

COLOMÉ, Jordi Pérez. Facebook lança Libra, uma moeda própria para “reinventar o dinheiro”. *El País*, 18 jun. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/18/tecnologia/1560851467_183722.html. Acesso em: 07 jan. 2020.

COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA (UA); INTERNET SOCIETY (ISOC). Directrizes relativas à Protecção de Dados Pessoais para África, 09 maio 2018.

CONSELHO DE JUSTIÇA FEDERAL. III Jornada de Direito Civil. *Enunciado n.º 173 ao Código Civil*. 2004. Disponível em: <https://www.cjf.jus.br/enunciados/enunciado/311>. Acesso em: 17 abr. 2020.

CORDEIRO, Antonio Barreto Menezes. O consentimento do titular dos dados no RGPD. In: CORDEIRO, Antonio Barreto Menezes *et al.* *FinTech II: novos estudos sobre Tecnologia Financeira*. Coimbra: Almedina, 2019.

CORRÊA, Adriana Espíndola; LOUREIRO, Maria Fernanda Battaglin. Novo regulamento europeu é reforço na proteção dos dados pessoais? (Parte 1). *CONJUR*, 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-jul-09/direito-civil-atual-regulamento-europeu-ereforco-protecao-dados-pessoais>. Acesso em: 13 out. 2019.

CORREIA, António Ferrer. *Lições de Direito Internacional Privado*. Coimbra: Almedina, 2000.

CORREIA, Emanuella Chagas Jaguar. O efeito vinculante do reenvio prejudicial na União Europeia: um caminho para desenvolver o direito comunitário. *Revista de la Secretaría del Tribunal Permanente de Revisión*, 2014, año 2, n.º 4, pp. 65-82.

CORREIA, Pedro Miguel Alves Ribeiro; JESUS, Inês Oliveira Andrade de. O lugar do conceito de privacidade numa sociedade cada vez mais orwelliana. *Direito, Estado e Sociedade*, jul/dez. 2013, n.º 43, pp. 135-161.

CORTE DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. *Comunicado de Imprensa n.º 117/15*. Luxemburgo, 6 out. 2015. Disponível em: http://curia.europa.eu/jcms/upload/docs/application/pdf/2015-10/cp150_117en.pdf. Acesso em: 24 jul. 2016.

CORTE DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. *Julgamento do Caso C-362/14*. Maximillian Schrems v. Data Protection Commissioner. Luxemburgo, 6 out. 2015. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?text=&docid=172254&pageIndex=0&doclang=pt&mode=req&dir=&occ=first&part=1&cid=920501>. Acesso em: 08 mar. 2020.

COSTA, José Augusto Fontoura; MINIUCI, Geraldo. Não adianta nem tentar esquecer: um estudo sobre o direito ao esquecimento. *Revista Brasileira de Políticas Públicas (Brazilian Journal of Public Policy)*. Direito e Mundo Digital, dez./2017, v. 7, n.º 3.

COSTA, José Augusto Fontoura; SANTOS, Ramon Alberto dos. Contratos internacionais e a eleição do foro estrangeiro no Novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, mar. 2016, v. 253.

COSTA, José Augusto Fontoura; SOLA, Fernanda. Desenvolvimento e direito de autor na sociedade da informação. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental*. Curitiba, jul./dez. 2010, v. 1, n. 2, pp. 285-301.

COSTA, José Augusto Fontoura; SOLA, Fernanda. Direito das tecnologias de comunicação e informação: uma primeira abordagem do Marco Civil da Internet. *PIDCC*. Aracaju, fev. 2015, ano IV, ed. n.º 08/2015, pp. 336-351.

COSTA, José Augusto Fontoura; WACHOWICZ, Marcos. Cláusulas contratuais nulas no Marco Civil da Internet. *Revista da Faculdade de Direito da UFMG*. Belo Horizonte, jan./jun. 2016, n. 68, pp. 477-496.

COSTA, Ligia Maura. *Direito Internacional Eletrônico*. Manual das Transações On-Line. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

COTTERRELL, Roger. Is it so bad to be different? In: ÖRÜCÜ, Esin; NELKEN, David (Eds.). *Comparative law: a handbook*. Portland: Hart Publish, 2007.

CROSBY, Michael; NACHIAPPAN; PATTANAYAK, Pradan; VERMA, Sanjeev; KALYANARAMAN, Vignesh. *Block Chain Technology: Beyond Bitcoin*. Applied Innovation Review, jun./2016, n. 2. Disponível em: <https://j2-capital.com/wp-content/uploads/2017/11/AIR-2016-Blockchain.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

CUNHA JÚNIOR, Eurípedes Brito. Os contratos eletrônicos e o Novo Código Civil. *Revista CEJ*. Brasília, out./dez. 2002, n. 19, pp. 62-77.

DHDH. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Genebra, Suíça, 1948. Disponível em: <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por>. Acesso em: 09 jan. 2020.

DÍAZ REVORIO, Francisco Javier. *Valores superiores e interpretación constitucional*. Madrid: Centro de Estudios Políticos y Constitucionales, 1997.

DINHEIRO DIGITAL. *Atlas não quis acordo, agora é com o Ministério Público*. Petição inicial. Disponível em: https://www.mpdft.mp.br/portal/pdf/A%c3%a7%c3%a3o_civil_por_danos_coletivos_Atlas.pdf. Acesso em: 21 dez. 2019.

DINIZ, Maria Helena. Uma visão constitucional e civil do novo paradigma da privacidade: o direito a ser esquecido. *Revista Brasileira de Direito*. Passo Fundo, RS, maio/ago. 2017, v. 13, n.º 2, pp. 7-25. Disponível em: <https://seer.imed.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/1670/1205>. Acesso em: 8 mar. 2020.

DLA PIPER. *Data Protection Laws of the World*. Russia, March 2020. Disponível em: www.dlapiperdata.protection.com. Acesso em: 08 mar. 2020.

DLA PIPER. *GDPR Data Breach Survey*: February 2019. Disponível em: <https://www.dlapiper.com/~media/files/insights/publications/2019/02/dla-piper-gdpr-data-breach-survey-february-2019.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

DOLINGER, Jacob. Direito Internacional Privado – O princípio da proximidade e o futuro da humanidade. *Revista Brasileira de Direito Administrativo*. Rio de Janeiro, jan./mar. 2004, v. 235, pp. 139-149.

DOLINGER Jacob. *Direito Internacional Privado – Parte Geral*. 9. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

DOLINGER, Jacob. Supreme Court Solutions for conflicts between domestic and International Law: An Exercise in Eclecticism. *Capital University Law Review*, 1993, v. 22, n.º 1041.

DOLINGER, Jacob; TIBURCIO, Carmen. *Direito Internacional Privado*. 15. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2020.

DONEDA, Danilo. Os direitos da personalidade no Código Civil. In: TEPEDINO, Gustavo (Coord.). *A parte geral do novo Código Civil: estudos na perspectiva civil-constitucional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

DONEDA, Danilo. *Da privacidade à proteção de dados pessoais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

DONEDA, Danilo. A proteção dos dados pessoais como um direito fundamental. *Espaço Jurídico*. Joaçaba, SC, jul./dez. 2011, v. 12, n. 2, pp. 91-108.

DREXL, Josef. Le commerce électronique et la protection des consommateurs. *Revue Internationale de Droit Économique*, 2002/2 (t. XVI), doi 10.3917/ride.162.0405. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-internationale-de-droit-economique-2002-2-page-405.htm> Acesso em: 17 abr. 2020.

EEA-Lex. Disponível em: <https://www.efta.int/eea-lex>. Acesso em: 05 mar. 2020.

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PEIXOTO, Erick Lucena Campos. O direito à privacidade na sociedade da informação. In: LIMA, Alberto Jorge de Barros; NETTO, Antonio Alves Pereira; SOTTO-MAYOR, Lorena Carla Santos Vasconcelos; LIMA NETO, Manoel Cavalcante de (Orgs.). *I Encontro de Pesquisas Judiciárias da Escola Superior da Magistratura do Estado de Alagoas – ENPEJUD: Poder Judiciário: estrutura, desafios e concretização dos direitos*. Maceió: Fundesmal, 2016. Disponível em: <http://enpejud.tjal.jus.br/index.php/exmpteste01/article/view/63/44>. Acesso em: 04 jan. 2020.

EQUIVANT. Disponível em: <https://www.equivant.com/northpointe-suite/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

ESPANHA. *Constituição Federal. 27 de dezembro de 1978*. Disponível em: <https://www.boe.es/legislacion/documentos/ConstitucionCASTELLANO.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

ESTADOS UNIDOS. Amendment IV. Disponível em: <https://constitution.congress.gov/constitution/amendment-4/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

ESTADOS UNIDOS. *Consumer Online Privacy Rights Act (Copra) of 2019*. Disponível em: <https://www.cantwell.senate.gov/imo/media/doc/COPRA%20One-Pager.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

ESTADOS UNIDOS. *The California Consumer Privacy Act (CCPA)*. AB375. 2018. Disponível em: <https://www.isipp.com/resources/full-text-of-the-california-consumer-privacy-act-of-2018-ccpa/>. Acesso em: 07 jan. 2020.

ESTADOS UNIDOS. *USA x Ross William Ulbricht*. Case 1:14-cr-00068-KBF, 02 maio 2015. Disponível em: https://www.docketalarm.com/cases/New_York_Southern_District_Court/1--14-cr-00068/USA_v.Ulbricht/183/. Acesso em: 21 dez. 2019.

ESTADOS UNIDOS. *Illinois – Biometric Information Privacy Act (BIPA)*. (740 ILCS 14/). Disponível em: <http://www.ilga.gov/legislation/ilcs/ilcs3.asp?ActID=3004&ChapterID=57>. Acesso em: 18 abr. 2020.

EU-US. European Data Protection Supervisor (EDPS). Press Release EDPS/2016/11. *Privacy Shield: more robust and sustainable solution needed*. Brussels, 30 May 2016. Disponível em: https://secure.edps.europa.eu/EDPSWEB/webdav/site/mySite/shared/Documents/EDPS/PressNews/Press/2016/EDPS-2016-11-PrivacyShield_EN.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

EU-US. *Privacy Shield Framework*. Principles Issued by the U.S. Department of Commerce. Disponível em: <https://www.privacyshield.gov/servlet/servlet.FileDownload?file=015t00000004qAg>. Acesso em: 08 mar. 2020.

EVANGELISTA, Rafael de Almeida; SOARES, Tiago; SCHIMIDT, Sarah Costa; LAVIGNATTI, Felipe. DIO: um jogo em dispositivos móveis para mapear câmeras de vigilância. *Liind em Revista*. Privacidade e vigilância nos meios digitais. Rio de Janeiro, nov. 2016, v. 12, n. 2, pp. 322-333.

FARELL, Henry; NEWMAN, Abraham. The transatlantic data war. *Foreign Affairs*, jan./fev. 2016. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/articles/united-states/2015-12-14/transatlantic-data-war>. Acesso em: 13 out. 2019.

FARQUHAR, Peter. An FOI request has revealed ‘anonymous’ browser Tor is funded by US government agencies. *Business Insider Australia*, 02 mar. 2018. Disponível em: <https://www.businessinsider.com.au/claims-tor-funded-by-us-government-agencies-2018-3>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FEBRABAN. Federação Brasileira de Bancos. *Pesquisa FEBRABAN de Tecnologia Bancária*, 2019. Disponível em: <https://cmsportal.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Pesquisa-FEBRABAN-Tecnologia-Bancaria-2019.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

FERNÁNDEZ, Dora García. El derecho a la intimidad. *Dereito*. México, 2010, v. 19, n.º 2, pp. 269-284.

FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio. Sigilo de dados: o direito à privacidade e os limites à função fiscalizadora do Estado. *Revista da Faculdade de Direito da USP*, 1993.

FIUZA, César. Para uma releitura da teoria geral da responsabilidade civil. *Revista da Faculdade Mineira de Direito (PUCMG)*, 2006, v. 7, n. 13, pp. 9-15.

FLAHERTY, David H. On the utility of constitutional rights to privacy and data protection. *Case Western Reserve Law Review*, 1990-1991, v. 41, pp. 831-855

FRANÇA. *Lei de Reforma da Justiça* (Réforme de la justice et renforcement de l'organisation des juridictions), 25 de março de 2019. Disponível em: http://www.senat.fr/espace_presse/actualites/201810/reforme_de_la_justice.html. Acesso em: 15 dez. 2019.

FRANÇA. *Loi n. 1978-17, 6 Janvier 1978*. Relative à l'informatique, aux fichiers et aux libertés modifiée – Loi Informatique et Libertés (Lei n. 1978-17, relativa à informática, aos arquivos e às liberdades – Lei para Informática e Liberdades, LIL). Paris: Journal Officiel de la République Française (Jornal Oficial da República Francesa), 7 jan. 1978, pp. 227-231. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000000886460>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FRANÇA. *Loi n. 2004-801, 6 Août 2004*. Relative à la protection des personnes physiques à l'égard des traitements de données à caractère personnel (Lei n. 2004-801, de 6 ago. 2004, relativa à proteção das pessoas físicas em caso de tratamento de dados pessoais). Paris: Journal Officiel de la République Française (Jornal Oficial da República Francesa), 2004. Disponível em: https://www.legifrance.gouv.fr/jo_pdf.do?id=JORFTEXT000000441676. Acesso em: 13 out. 2019.

FRANÇA. *Loi n. 2016-1.321, 7 Octobre 2016*. Loi pour une république numérique (Lei para uma República digital, LRD). Paris: Journal Officiel de la République Française (Jornal Oficial da República Francesa), 8 out. 2016. Disponível em: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexte.do?cidTexte=JORFTEXT000033202746&categorieLien=id>. Acesso em: 17 abr. 2020.

FRANÇA. *Loi n. 70-643, 17 juillet 1970*. Tend à renforcer la garantie des droits individuels des citoyens. Disponible en: <https://www.legifrance.gouv.fr/affichTexteArticle.do?idArticle=LEGIARTI000006529714&cidTexte=LEGITEXT000006068385&dateTexte=29990101>. Accès à: 17 abr. 2020.

G1. *Documentos da NSA apontam Dilma Rousseff como alvo de espionagem*. Publicado em 01 set. 2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/noticia/2013/09/documentos-da-nsa-apontam-dilma-rousseff-como-alvo-de-espionagem.html>. Acesso em: 02 nov. 2019.

G29. *Déclaration du G29 relative à la décision de la Commission européenne concernant le Privacy Shield* (bouclier de protection des données UE-États-Unis). 29 juillet 2016. Disponível em: <https://www.cnil.fr/fr/declaration-du-g29-relative-la-decision-de-la-commission-europeenne-concernant-le-privacy-shield>. Acesso em: 08 mar. 2020.

GHANA. *Data Protection Act*, 2012. Disponível em: <http://media.mofo.com/files/PrivacyLibrary/3981/GHANABill.pdf>. Acesso em: 08 mar. 2020.

GHANA. *Electronic Transactions Act*, 2008. Disponível em: https://www.researchictafrica.net/countries/ghana/Electronic_Transactions_Act_no_772:2008.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

GARCÍA, María de los Angeles Guzmán. *El derecho fundamental a la protección de datos personales en México: análisis desde la influencia del ornamiento jurídico español*. Tese

(Doutorado) – Universidad Complutense de Madrid, Facultad de Derecho, sob orientação do Prof. Dr. Ildefonso Soriano López, 2013.

GIACOMOLLI, Nereu José; SANTOS, Laura Rodrigues dos. Cooperação Jurídica Internacional em matéria criminal: autoridades centrais, das rogatórias ao auxílio direto. *Revista de Estudos Criminais*, jul./set. 2012, n. 46.

GIBBS, Samuel. What is “safe harbor” and why did the EUCJ just declare it invalid? *The Guardian*, 06 out. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2015/oct/06/safe-harbour-european-court-declare-invalid-data-protection>. Acesso em: 20 jun. 2016.

GIBBS, Samuel. Your phone number is all a hacker needs to read texts, listen to calls and track you – Weaknesses within mobile phone network interconnection system allows criminals or governments to remotely snoop on anyone with a phone. *The Guardian*, 18 abr. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2016/apr/18/phone-number-hacker-read-texts-listen-calls-track-you>. Acesso em: 17 abr. 2020.

GOMES, Helton Simões. Google recebe maior multa já aplicada por violar dados pessoais na Europa. *Uol*, 21 jan. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/01/21/google-e-multado-na-franca-por-violar-de-dados-pessoais.htm>. Acesso em: 06 jan. 2020.

GOMES, Helton Simões. Reconhecimento facial usado na China é testado no Brasil: saiba como opera. *Uol*, 18 jan. 2019. Disponível em: <https://www.uol.com.br/tilt/noticias/redacao/2019/01/18/reconhecimento-facial-usado-na-china-e-testado-no-brasil-saiba-como-opera.htm>. Acesso em: 06 jan. 2020.

GOMES, Rodrigo Dias de Pinho. *Desafios à privacidade: Big Data, consentimento, legítimos interesses e novas formas de legitimar o tratamento de dados pessoais*. Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/03/Rodrigo-Gomes.doc-B.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2020.

GONÇALVES, Anabela Susana de Sousa. O caso *Bolagsupplysningen* e o lugar da ocorrência do facto danoso *online* na violação transfronteiriça de direitos de personalidade. *Direito na Lusofonia*. Direitos e novas tecnologias. Minho, Portugal: Escola de Direito da Universidade do Minho, 2018.

GONÇALVES, Pedro Vilela Resende; CAMARGOS, Rafael Coutinho. Blockchain, Smart Contracts e “Judge as a Service” no Direito Brasileiro. II Seminário Governança das Redes e o Marco Civil da Internet: globalização, tecnologias e conectividade. *Anais...* Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade-IRIS, 2017, pp. 207-212.

GRECO FILHO, Vicente. *Homologação de sentença estrangeira*. São Paulo: Saraiva, 1978.

GREENLEAF, Graham. Global data privacy laws: 89 countries and accelerating. *Privacy Laws & Business International Report*, 2012, n. 115.

GREENWALD, Glenn. NSA collecting phone records of millions of Verizon customers daily. *The Guardian*, 06 jun. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/nsa-phone-records-verizon-court-order>. Acesso em: 05 jul. 2016.

GREENWALD, Glenn. *The Intercept*. Disponível em: <https://theintercept.com/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

GREENWALD, Glenn; MACASKILL, Ewen. NSA Prism program taps in to user data of Apple, Google and others. *The Guardian*, 07 jun. 2013. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2013/jun/06/us-tech-giants-nsa-data>. Acesso em: 05 jul. 2016.

GRINOVER, Ada Pellegrini. O regime brasileiro das interceptações telefônicas. *Revista de Direito Administrativo*, 1997, n. 207.

GUEDES, Anielle. Inteligência artificial no tribunal: da análise de dados ao algoritmo juiz. *Uol*, 21 nov 2019. Disponível em: <https://anielleguedes.blogosfera.uol.com.br/2019/11/21/inteligencia-artificial-no-tribunal-da-analise-de-dados-ao-algoritmo-juiz/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GUERRA, Sidney. Direito fundamental à intimidade, vida privada, honra e imagem. In: XV Encontro Preparatório para o Congresso Nacional do Conpedi. *Anais...* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2006. Disponível em: http://conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/recife/direitos_fundam_sidney_guerra.p. Acesso em: 05 mar. 2020.

HARTZOG, Woodrow. There is no such thing as “public” data – and it’s not Ok for researchers to scrape information from websites like OkCupid. *Slate*, 19 maio 2016. Disponível em: http://www.slate.com/articles/technology/futuretense/2016/05/okcupids-dataleakshowstheresnosuchthingaspublic_data.html. Acesso em: 17 abr. 2020.

HENRIKSSON, Emil Albiñ. Data protection challenges for virtual reality applications. *Interactive Entertainment Law Review*. Jun. 2018. Disponível em: <https://www.elgaronline.com/abstract/journals/ielr/1-1/ielr.2018.01.05.xml>. Acesso em: 17 abr. 2020.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua* (PNAD Contínua), 2017.

IBM Watson. *Coloque a Inteligência Artificial para trabalhar*. Disponível em: <https://www.ibm.com/watson/br-pt/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

IDEC. Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. *Ação Civil Pública com Pedido de Tutela de Urgência*. Petição inicial. Disponível em: https://idec.org.br/sites/default/files/acp_viaquatro.pdf. Acesso em: 21 dez. 2019.

INTERNETLAB. *Especial Apps para crianças*. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/pt/projetos/especial-apps-para-criancas/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

INTERNETLAB. Pesquisa em Direito e Tecnologia. *Semanário*, 10 dez. 2019. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/pt/itens-semanario/dados-pessoais-apresentado-parecer-pela-aprovacao-de-pec-que-inclui-a-protecao-de-dados-pessoais-no-rol-de-direitos-fundamentais/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

INTERNETLAB. Pesquisa em Direito e Tecnologia. *Vigilância das comunicações pelo Estado brasileiro*. São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2016/01/ILAB_Vigilancia_Entrega_v2-1.pdf. Acesso em: 17 abr. 2020.

IRLANDA. High Court. *Maximillian Schrems v. Data Protection Commissioner*. IEHC 310, 18 June 2014.

ISAAK, Jim; HANNA, Mina J. User Data Privacy: Facebook, Cambridge Analytica and Privacy Protection. *Computer*, 2018, v. 51, n. 8, pp. 56-59.

JAPÃO. *Lei n. 57, de 2003*. Lei de Proteção de Informações Pessoais (APPI). Disponível em: <http://www.cas.go.jp/jp/seisaku/hourei/data/APPI.pdf>. Acesso em: 13 out. 2019.

JAYME, Erik. Direito Internacional Privado e Cultura pós-moderna. *Cadernos da Pós-Graduação em Direito da UFRGS*. 2. ed. Porto Alegre: PPGDir, 2004, pp. 105-114.

JAYME, Erik. O Direito Internacional Privado do novo milênio: a proteção da pessoa humana face à globalização. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – PPGDir/UFRGS*. Porto Alegre, mar. 2003, v. 1, n. 1, pp. 136-146.

JAYME, Erik. O Direito Internacional Privado do novo milênio: a proteção da pessoa humana face à globalização. In: ARAÚJO, Nadia de; MARQUES, Cláudia Lima (Orgs.). *O novo Direito Internacional – estudos em homenagem a Erik Jayme*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, pp. 2-15.

JAYME, Erik. Sociedade multicultural e novos desenvolvimentos no Direito Internacional Privado. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRGS*, mar. 2003, v. 1, n.º 1, pp. 102-103.

JUNQUEIRA, Miriam. *Contratos eletrônicos*. Rio de Janeiro: Mauad, 1997.

KESSEDJIAN, Catherine. Dispute resolution on-line (Symposium on Jurisdiction and the Internet). *The International Lawyer*, 1998, v. 32, n.º 4, pp. 977-990.

KESSEDJIAN, Catherine. *Le temps du droit au XXIe siècle*. Compatibilité avec la codification? Les Cahiers de droit. Faculté de droit de l'Université Laval, 2005, v. 46, n.º 1-2, pp. 547-560

KISS, Jemima. Privacy shield deal lets US tech firms transfer European customer's data again. *The Guardian*, 08 jul. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/technology/2016/jul/08/privacy-shield-data-transfer-us-european-union>. Acesso em: 13 jul. 2016.

LAÉ, Jean-François. L'intimité: une histoire longue de la propriété de soi. *Sociologie et sociétés*, 2003, v. 35, n.º 2, pp. 139-147. Disponível em: <http://id.erudit.org/iderudit/008527ar>. Acesso em: 18 jun. 2016.

LAFER, Celso. A reconstrução dos direitos humanos: a contribuição de Hannah Arendt. *Estudos Avançados*. São Paulo, ago. 1997, v. 11, n.º 30, pp. 55-65.

LAFER, Celso. Vazamentos, sigilo, diplomacia: a propósito do significado do WikiLeaks. *Revista Política Externa*, mar./abr./maio 2011, v. 19, n.º 4.

LAPOWSKY, Issie. Bill Could Give Californians Unprecedented Control Over Data. *Wired*, 22 jun. 2018. Disponível em: www.wired.com/story/new-privacy-bill-could-give-californians-unprecedented-control-over-data. Acesso em: 17 abr. 2020.

LESSIG, Lawrence. Internet: the architecture of privacy. *Vanderbilt Journal of Entertainment Law & Practice*, 1999, v. 1, pp. 56-101.

LUCA, Cristina de. G20: Japão propõe que governança mundial de dados seja prioridade. *Blog Porta 23* (Uol). Disponível em: <https://porta23.blogosfera.uol.com.br/2019/06/29/g20-japao-propoe-que-governanca-mundial-de-dados-seja-prioridade/>. Acesso em: 13 out. 2019.

LUIZ, Gabriel. *CPF em troca de desconto*: MP investiga venda de dados de clientes por farmácias, 16 mar. 2018. G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/cpf-em-troca-de-desconto-mp-investiga-venda-de-dados-de-clientes-por-farmacias.ghtml>. Acesso em: 21 dez. 2019.

LYON, David. Surveillance in Cyberspace: the Internet, Personal Data and Social Control. *Queen's Quarterly*, 2002, n.º 109, pp. 345-357.

MACHADO, Diego; DONEDA, Danilo. Proteção de dados pessoais e criptografia: tecnologias criptográficas entre anonimização e pseudonimização de dados. *Revista dos Tribunais*. Caderno Especial. São Paulo: RT, dez. 2018, v. 998, pp. 99-128.

MACHADO, J. Baptista. *Âmbito de eficácia e âmbito de competência das leis*. Coimbra: Almedina, 1998.

MACHADO, J. Baptista. *Lições de Direito Internacional Privado*. 3. ed. Coimbra: Almedina, 2006.

MAGALHÃES COLLAÇO, Isabel Maria de. *Da qualificação em direito internacional privado*. Lisboa: s/e, 1964.

MAGALHÃES COLLAÇO, Isabel Maria de. *Direito internacional privado*. Lisboa, 1958-1963.

MAKULILO, Alex Boniface. Privacy and data protection in Africa: a state of the art. *International Data Privacy Law*, 2012, v. 2, n. 3, pp. 163-178.

MANN, Drake. The California Consumer Privacy Act of 2018: why it matters to clients in Arkansas. *The Arkansas Lawyer*, 2019, v. 54, n.º 1. Disponível em: <https://www.gill-law.com/wp-content/uploads/2019/03/Mann-proof-edited-locked.pdf>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. A pesquisa em inteligência artificial e Direito no Brasil. *Consultor Jurídico* (Conjur), 09 dez. 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-dez-09/juliano-maranhao-pesquisa-inteligencia-artificial-direito-pais>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque; FERRAZ JÚNIOR, Tércio Sampaio; FINGER, Marcelo. O desafio do Whatsapp ao Leviatã. *Folha de São Paulo, Tendências/Debates*, 16 ago. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2016/08/1803323-o-desafio-do-whatsapp-ao-leviata.shtml>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MARKON, Jerry; NAKASHIMA, Ellen; O'KEEFE, Ed. Lawmakers defend and criticize NSA program to collect phone logs. *The Washington Post*, 06 jun. 2013. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/national-security/administration-lawmakers-defend-nsa-program-to-collect-phone-records/2013/06/06/2a56d966-ceb9-11e2-8f6b-67f40e176f03_story.html?tid=a_inl. Acesso em: 17 abr. 2016.

MARQUES, Cláudia Lima. A insuficiente proteção do consumidor nas normas de direito internacional privado – da necessidade de uma convenção interamericana (CIDIP) sobre a lei aplicável a contratos e relações de consumo. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, 2001, v. 788, pp. 11-56.

MARQUES, Cândia Lima, Ensaio para uma introdução ao Direito Internacional Privado. In: DIREITO, Carlos Alberto Menezes; PEREIRA, Antonio Celso Alves; TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *Novas perspectivas do Direito Internacional Privado Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008, pp. 315-340.

MARQUES, Cláudia Lima; JACQUES, Daniela Corrêa. Normas de aplicação imediata como um método para o Direito Internacional Privado de proteção do consumidor no Brasil. *Cadernos de Pós-Graduação em Direito da UFRGS*, 2004, n. 1, pp. 65-96.

MARTIAL-BRAZ, Nathalie. O direito das pessoas interessadas no tratamento de dados pessoais: anotações da situação na França e na Europa. *Revista de Direito, Estado e Telecomunicações*. Brasília, maio 2018, v. 10, n. 1, pp. 85-108.

MARTINS, Leonardo. *Tribunal Constitucional Federal Alemão: decisões anotadas sobre direitos fundamentais. Dignidade humana, livre desenvolvimento da personalidade, direito fundamental à vida e à integridade física, igualdade*. São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung – KAS, 2016, v. 1.

MELO, Milena Barbosa de; LUCENA, Elis Formina; TEIXEIRA, Ana Luiza Figueiredo Quirino. Contratos eletrônicos internacionais: uma análise sobre a lei aplicável e competência. *Revista Dat@venia*, jan./abr. 2015, v. 7, n. 1, pp. 70-96.

MENDONÇA, Fernanda Graebin. Proteção de dados pessoais na Internet: análises comparativas da situação do direito à autodeterminação informativa no Brasil e em países latino-americanos. *Revista Jurídica da Faculdade de Direito de Santa Maria-FADISMA*, 2016, v. 11, n. 1.

MÉXICO. *Nueva Ley DOF, de 05 de julho de 2010. Ley Federal de Protección de Datos Personales em Posesión de los Particulares*. Disponível em: <http://www.diputados.gob.mx/LeyesBiblio/pdf/LFPDPPP.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

MIGALHAS. *MP/RJ acusa Decolar.com de manipular preços para discriminar brasileiros: ACP requer reparação de R\$ 57 milhões por danos morais coletivos*. 2018.

Disponível em: <https://www.migalhas.com.br/Quentes/17,MI273955,91041-MPRJ+acusa+Decolarcom+de+manipular+precos+para+discriminar+brasileiros>. Acesso em: 21 dez. 2019.

MIRON, Rafael Brum. O sigilo bancário e a atuação do Coaf: análise dos critérios definidos pelo STF no julgamento da ADI2390/DF para a transferência de sigilo de dados. *Revista da AJURIS*. Porto Alegre, jun. 2017, v. 44, n. 142.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. A globalização entre o passado e o futuro da soberania. *Revista da Faculdade de Direito do Sul de Minas*, v. extra, 2008, pp. 45-53.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *Controle de constitucionalidade da lei estrangeira*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Competência internacional (limites à jurisdição nacional) em matéria de ação revisional de prestação alimentícia e partilha de bens. *Revista de Processo*, 2017, v. 266, pp. 365-391.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Direito Internacional Privado da Família: influências da História e da Geografia do Brasil. In: MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; FULCHIRON, Hugues (Orgs.). *Famílias internacionais: seus direitos, seus deveres*. São Paulo: Intelecto, 2016, v. 1.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. Uso indevido de imagem de crianças e o papel da escola básica. *JOTA*. Publicado em 09 fev. 2018. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/uso-indevido-de-imagem-de-criancas-e-o-papel-da-escola-basica-09022018>. Acesso em: 28 jun. 2018.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. *Conflitos de leis no espaço e lacunas (inter) sistêmicas*. São Paulo: Quartier Latin, 2019.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; CAMARGO, Solano de; SMITH MARTINS, Amanda Cunha e Mello. Sem sanções, LGPD é inócua. *Valor Econômico*, 13 abr. 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/legislacao/noticia/2020/04/13/sem-sancoes-lgpd-e-inocua.ghtml>. Acesso em: 18 abr. 2020.

MORASSUTTI, Bruno Schmitt. Uma breve crítica ao *Privacy By Design* e seus “princípios basilares”. In: SARLET, Ingo Wolfgang (Org.). *Temas atuais e polêmicos de Direitos Fundamentais*. Contribuições do XIV Seminário Internacional de Direitos Fundamentais. Porto Alegre: Fi, 2018.

MOREIRA, André de O. Schenini. Propriedade intelectual e esportes: o premente conflito entre o direito de exclusividade e a liberdade desportiva. *Lei em campo*, 25 nov. 2019. Disponível em: <https://leiemcampo.com.br/propriedade-intelectual-e-esports-o-premente-conflito-entre-o-direito-de-exclusiva-e-a-liberdade-desportiva/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

MOTA, Joana. Proteção de dados desde a concepção e por defeito. Avaliação de impacto e segurança. In: CORDEIRO, António Menezes *et al.* *FinTech II: novos estudos sobre Tecnologia Financeira*. Coimbra: Almedina, 2019.

MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de. Introdução ao Direito Internacional Privado da União Europeia: da interação originária do Direito Internacional Privado e do Direito Comunitário à criação de um Direito Internacional Privado da União Europeia. In: MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Coords.). *Aspectos da unificação europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto, 2016.

MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Coords.). *Aspectos da unificação europeia do Direito Internacional Privado*. São Paulo: Intelecto, 2016.

MOURA VICENTE, Dário Manuel Lentz de. *Direito Internacional Privado*. Problemática Internacional da Sociedade da Informação. Coimbra: Almedina, 2005.

MOZETIC, Vinícius Almada; BABARESCO, Daniele Vedovatto Gomes da Silva. Lei Geral de Proteção de Dados de Crianças e Adolescentes no Brasil: coleta de dados e o problema da obrigatoriedade do consentimento dos pais. *A Era Digital e os direitos das crianças e adolescentes*, 2020. Disponível em: https://www.academia.edu/42044798/LGPD_E_A_OBRIGATORIEDADE_DO_CONSENTIMENTO_NA_COLETA_DE_DADOS_DE_CRIAN%C3%87AS_E_ADOLESCENTES_NO_BRASIL. Acesso em: 10 out. 2019.

NAKAMOTO, Satoshi. *Bitcoin: a Peer-to-Peer Electronic Cash System*. 2008. Disponível em: <https://bitcoin.org/bitcoin.pdf>. Acesso em: 08 dez. 2019.

NAKASHIMA, Ellen. Verizon providing all call records to U.S. under court order. *The Washington Post*, 06 jun. 2013. Disponível em: https://www.washingtonpost.com/world/national-security/verizon-providing-all-call-records-to-us-under-court-order/2013/06/05/98656606-ce47-11e2-8845-d970ccb04497_story.html. Acesso em: 17 abr. 2020.

NARAYANAN, Arvind; FELTEN, Edward W. *No silver bullet: de-identification still doesn't work*. 2014. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/No-silver-bullet-%3A-De-identification-still-doesn--Narayanan-Felten/1df5567c45ac8cb9289411268573aea89e74e542>. Acesso em: 20 out. 2018.

NASCIMENTO, Valéria Ribas do. Direitos fundamentais da personalidade na era da sociedade da informação: transversalidade da tutela à privacidade. *RIL*. Brasília, jan./mar. 2017, ano 54, n.º 213, pp. 265-288.

NCUBE, Caroline. A comparative analysis of Zimbabwean and South African data protection systems. *Journal of Information, Law & Technology*, 2004, v. 2.

NILLER, Eric. Can ai be a fair judge in court? Estonia Thinks so. *Wired*, 25 mar. 2019. Disponível em: <https://www.wired.com/story/can-ai-be-fair-judge-court-estonia-thinks-so/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

NOJIRI, Sérgio. O direito à privacidade na era da informática: algumas considerações. *Revista Jur – UNIJUS*. Uberaba, MG, maio/2005, v. 8, n.º 8, pp. 99-106.

OCDE. Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos. *Síntese das Diretrizes para a Proteção da Privacidade e dos Fluxos Transfronteiriços de Dados*

Pessoais, 1980. Disponível em: <http://www.oecd.org/sti/ieconomy/15590254.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

OHM, Paul. Broken Promises of Privacy: responding to the surprising failure of anonymization. *UCLA Law Review*, 2010, v. 57. University of Colorado Law Legal Studies Research Paper n. 9-12. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=1450006>. Acesso em: 20 out. 2018, pp. 1735-1746.

OLIVEIRA, Carlos Eduardo Elias de. *Aspectos principais da Lei nº 12.965, de 2014, o Marco Civil da Internet*: subsídios à comunidade jurídica. Brasília: Núcleo de Estudos e Pesquisas/CONLEG/Senado, abr./2014 (Texto para Discussão nº 148). Disponível em: www.senado.leg.br/estudos. Acesso em: 20 out. 2018.

OLIVEIRA, Elsa Dias. *A proteção dos consumidores nos contratos celebrados através da Internet*. Coimbra: Almedina, 2002.

OLIVEIRA, Elsa Dias. Algumas considerações sobre a responsabilidade civil extracontratual por violação de direitos de personalidade em direito internacional privado. *Cuadernos de Derecho Transnacional*, mar./2013, v. 5, n.º 1, pp. 139-162.

ONU. Organização das Nações Unidas. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. 1948. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

ORTEGA, João. Moeda digital oficial da China está pronta para lançamento. *StartSe*, 12 ago. 2019. Disponível em: <https://www.startse.com/noticia/ecossistema/criptomoeda-oficial-china>. Acesso em: 07 jan. 2020.

PACTO INTERNACIONAL DOS DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS. 16 dez. 1966. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1966%20Pacto%20Internacional%20sobre%20Direitos%20Civis%20e%20Pol%C3%ADticos.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

PAUCHET, Maria. RGPD vs Privacy Shield? In: *Digital we Trust – Faire le lien entre confiance et simplicité*. Disponível em: <https://www.indigitalwetrust.fr/2017/11/rgpd-privacy-shield/>. Acesso em: 08 mar. 2020.

PELTZ-STEELE, Richard J. The pond betwixt: differences in the US-EU data protection/safe harbor negotiation. *Journal of Internet law* [1094-2904], 2015, v. 19, pp. 20-25.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. Rio de Janeiro: Forense, 1990.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Instituições de Direito Civil*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, v. III.

PERES, Bruno; SALES, Robson; POLITO, Rodrigo. Ataque de hackers atinge o Brasil; INSS do Rio e TJ-SP são afetados. *Agência O Globo e Folhapress*, 12 maio 2017. Disponível em: <https://www.valor.com.br/empresas/4967124/ataque-de-hackers-atinge-o-brasil-inss-do-rio-e-tj-sp-sao-afetados>. Acesso em: 02 nov. 2019.

PERU. *Ley n.º 29.733. Ley de Protección de Datos Personales*. Disponível em: <https://www.minjus.gob.pe/wp-content/uploads/2013/04/LEY-29733.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PINHEIRO, Alexandre Sousa *et al.* (Coords.). *Comentário ao Regulamento Geral de Proteção de Dados*. Coimbra: Almedina, 2018.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot. *Direito internacional privado nas fronteiras do trabalho e tecnologias: ensaios e narrativas na Era Digital*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2018.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; ANJOS, Lucas Costa dos; BRANDÃO, Luíza Couto Chaves. *Governança global da internet, conflito de leis e jurisdição*. Belo Horizonte: Instituto de Referência em Internet e Sociedade (IRIS), 2018.

POLIDO, Fabrício Bertini Pasquot; SILVA, Lucas Sávio Oliveira da. Contratos Internacionais eletrônicos e o Direito brasileiro: entre a insuficiência normativa doméstica e as soluções globais. *Sequência*. Florianópolis, abr. 2017, n. 75, pp. 157-188. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-70552017000100157&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 21 dez. 2019.

PORTUGAL. *Constituição da República Portuguesa*. Disponível em: <https://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx>. Acesso em: 17 abr. 2020.

PORTUGAL. *Relatório de Atividades da Comissão Nacional de Proteção de Dados, 2017-2018*. Disponível em: https://www.cnpd.pt/bin/relatorios/anos/Relatorio_201718.pdf. Acesso em: 20 out. 2019.

PORTUGAL. Tribunal da Relação de Lisboa. *Processo 7438/08.4TVLSB.LI-2*. Julgado em 08 nov. 2012. Disponível em: <http://www.dgsi.pt/jtrl.nsf/33182fc732316039802565fa00497eec/d2f8a5f750a0c95380257b240053c2c0?OpenDocument&Highlight=0,Regulamento,44%2F2001>. Acesso em: 22 dez. 2019.

RAJPUKAR, Pravan *et al.* CheXNet: Radiologist-Level Pneumonia Detection on Chest X-Rays with Deep Learning. *Computer Vision and Pattern Recognition. Cornell University*. 14 nov. 2017. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/1711.05225>. Acesso em: 15 dez. 2019.

RAMOS, Victor de Moraes. A validade dos contratos celebrados pela internet (contratos eletrônicos). *Revista de Direito UNIFACS – Debate Virtual*, 2009, n. 105, ISSN 1808-4435. Disponível em: <https://revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/539>. Acesso em: 07 jan. 2020.

REINO UNIDO. Information Commissioner's Office (ICO). *Intention to fine British Airways £183.39m under GDPR for data breach*, 08 jul. 2019. Disponível em: <https://ico.org.uk/about-the-ico/news-and-events/news-and-blogs/2019/07/ico-announces-intention-to-fine-british-airways/>. Acesso em: 20 out. 2019.

REINO UNIDO. Information Commissioner's Office (ICO). *Statement: Intention to fine Marriott International, Inc more than £99 million under GDPR for data breach*, 09 jul.

2019. Disponível em: <https://ico.org.uk/about-the-ico/news-and-events/news-and-blogs/2019/07/statement-intention-to-fine-marriott-international-inc-more-than-99-million-under-gdpr-for-data-breach/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

REMOLINA-ANGARITA, Nelson. ¿Tiene Colombia un nivel adecuado de protección de datos personales a la luz del estándar europeo? *Rev. Colomb. Derecho Int. ildi*. Bogotá, Colômbia, jan./jun. 2010, n° 16, pp. 489-524.

RESINA, Fernando *et al.* *Cloud – a lei e a prática: guia e perguntas frequentes*. Coimbra: Almedina, 2016.

REYNOLDS, Matt. *What is article 13?* The EU's divisive new copyright plan explained. *Wired*. Publicado em: 24 maio 2019. Disponível em: <https://www.wired.co.uk/article/what-is-article-13-article-11-european-directive-on-copyright-explained-meme-ban>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá; ALMEIDA, Bruno. A cinemática jurídica global: conteúdo do Direito Internacional Privado contemporâneo. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, 2011, v.1, n. 20, ISSN 22363475. Disponível em: <file:///C:/Users/anadi/Downloads/1516-8697-2-PB.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2020.

RIBEIRO, Marilda Rosado de Sá. Cooperação Internacional. *Revista da Faculdade de Direito da UERJ*, 2005, v. 13/14, pp. 185-203.

ROBERTO, Wilson Furtado. *Dano transnacional e internet: direito aplicável e competência internacional*. Curitiba: Juruá, 2010.

ROTENBERG, Marc. Updating the law of information privacy: the new framework of the European Union. *Harvard Journal of Law and Public Policy* [0193-4872], 2013, v. 36 iss: 2.

SANTOS, João Vieira dos. Desafios jurídicos e regulatórios das *Initial Coin Offerings*. In: CORDEIRO, António Menezes *et al.* *FinTech II: novos estudos sobre tecnologia financeira*. Coimbra: Almedina, 2019.

SAUNDERS, David; GLOVER, Allison. Insight: a Federal Privacy Bill May be Closer than Once Thought. *Bloomberg Law*, 14 fev. 2020. Disponível em: <https://news.bloomberglaw.com/privacy-and-data-security/insight-a-federal-privacy-bill-may-be-closer-than-once-thought>. Acesso em: 05 mar. 2020.

SCHREIBER, Anderson. As três correntes do direito ao esquecimento. *Jota*, 18 jun. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2QErVqY>. Acesso em: 09 jan. 2020.

SHILS, Edward. Privacy. Its constitution and vicissitudes. In: *Law and Contemporary Problems*. Durham, Carolina do Norte, EUA: Duke Law University, LCP, 1966, v. 31, n.º 2, pp. 281-306.

SILVA, Matheus Passos. A segurança da democracia e a *blockchain*. *Projeção, Direito e Sociedade*, 2018, v. 9, n. 1, pp. 119-138.

SIMÃO, Rui Jorge Costa. Alinhamento da União Europeia e Japão sobre Proteção de Dados – e “Step in Japan”. *República do Direito*: Associação Jurídica de Coimbra, dez. 2018.

SOARES, Pedro Silveira Campos. Legítimo interesse como hipótese para tratamento de dados. *Conjur*, 18 jun. 2019. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2019-jun-18/pedro-soares-tratamento-dados-baseado-legitimo-interesse>. Acesso em: 07 jan. 2020.

SOLOVE, Daniel J. Access and aggregation: public records, privacy and the Constitution. (Modern Studies in Privacy Law). *Minnesota Law Review* [0026-5535], 2002, v. 86, iss: 6.

SOMERVILLE, Heather. Uber to pay \$148 million to settle data breach cover-up with U.S. states. *Reuters*, 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/us-uber-databreach/uber-settles-for-148-million-with-50-us-states-over-2016-data-breach-idUSKCN1M62AJ>. Acesso em: 20 out. 2019.

SOPRANA, Paulo. Analistas veem risco à privacidade com tecnologia de reconhecimento facial. *Folha de São Paulo*, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/tec/2019/01/analistas-veem-risco-a-privacidade-com-tecnologia-de-reconhecimento-facial.shtml>. Acesso em: 17 abr. 2019.

SOULIER, Jean-Luc; SLEE, Sandra. La protection des données à caractère personnel et de la vie privée dans le secteur des communications électroniques. Perspective française. *Revue Internationale de Droit Comparé*, abr./jun. 2002, v. 54, n.º 2, pp. 663-676. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/ridc_0035-3337_2002_num_54_2_18761 Acesso em: 18 maio 2016.

STF. Supremo Tribunal Federal. *Habeas Corpus 75.261 MG*. Rel. Min. Octávio Gallotti – Julgado em 24/06/1997. Disponível em: <https://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/14700087/habeas-corpus-hc-75261-mg?ref=serp>. Acesso em: 17 abr. 2020.

STF. Supremo Tribunal Federal. *HC 81.154*. Rel. Min. Maurício Corrêa, publicado em 19 dez. 2001.

STF. Supremo Tribunal Federal. *Inteligência artificial vai agilizar a tramitação de processos no STF*, 30 maio 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=380038>. Acesso em: 15 dez. 2019.

STF. Supremo Tribunal Federal. *Recurso Extraordinário n.º 1055941*. Rel. Min. Dias Toffoli. Julgado em: 04 dez. 2019.

STF. Supremo Tribunal Federal. *Regimento Interno*. 2019. Disponível em: <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoRegimentoInterno/anexo/RISTF.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *Ag 748.056/RJ*. Rel. Min. Humberto Gomes de Barros. Publicado em 05 maio 2006.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1021987/RN*. Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma. Julgado em 07 out. 2008, DJe 09 fev. 2009.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Sessão. *RJ 2006/0161102-7*. Min. Rel. Og Fernandes. Julgado em 16 fev. 2009.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1.089.993-SP*. Rel. Ministro Massami Uyeda, julgado em 18 fev. 2010.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. Terceira Sessão. *RS 2009/0183264-2*. Rel. Min. Ministro Jorge Mussi. Julgado em 27 out. 2010.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *Resp. 1168546/RJ*. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão. Quarta Turma, julgado em 11 maio 2010, DJE em 07 fev. 2011.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *Informativo n.º 495, de 9 a 20 de abril de 2012*, 3ª Turma, REsp 1.306.066-MT, rel. Min. Sidnei Beneti.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial n.º 1.192.208-MG*. Rel. Min. Nancy Andrighi, Terceira Turma. Julgado em 12/06/2012, publicado em 02/08/2012.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *Inq. 784/DF*. Rel. Ministra Laurita Vaz. Corte Especial, julgado em 17 abr. 2013. DJe 28 ago. 2013.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *REsp 1306157/SP*. Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 17 dez. 2013, DJe 24 mar. 2014.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *Recurso Especial n.º 1354484*. Rel. Min. Lázaro Guimarães. Julgado em 19 jun. 2018.

STJ. Superior Tribunal de Justiça. *Regimento Interno – RISTJ*. Disponível em: <https://ww2.stj.jus.br/publicacaoainstitucional/index.php/Regimento/issue/view/1/showToc>. Acesso em: 17 abr. 2020.

STRENGER, Irineu. Aspectos da contratação internacional. *Revista da Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo*. São Paulo, jan./2001, v. 96, pp. 455-474.

SWINHOE, Dan. Os oito maiores vazamentos de dados de 2018. Hacks e roubos de dados custaram um total de quase US\$ 280 milhões para empresas. *Computerworld*. Disponível em: <https://computerworld.com.br/2018/10/31/os-8-maiores-vazamentos-de-dados-de-2018/>. Acesso em: 20 out. 2019.

TAKAHASHI, Tadao (Org.). *Sociedade da Informação no Brasil – Livro Verde*. Brasília: Ministério da Ciência e Tecnologia, set. 2000.

TERWANGE, Cécile de. Privacidad en Internet y el derecho a ser olvidado/derecho al olvido. *IDP. Revista de Internet – Derecho y Política*, 2012, v. 13. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/788/78824460006.pdf>. Acesso em: 09 jan. 2020.

TIBURCIO, Carmen. As regras sobre o exercício da jurisdição brasileira no novo Código de Processo Civil. *Revista Interdisciplinar de Direito*. Faculdade de Direito de Valença, jan./jun. 2018, v. 16, n. 1, pp. 67-90.

TIBURCIO, Carmen. *Extensão e limites da jurisdição brasileira: competência internacional e imunidade de jurisdição*. Salvador: JusPodivm, 2006.

TJ/DF. Tribunal de Justiça do Distrito Federal. *Incidente de Uniformização de Jurisprudência n.º 003150-90.2018.8.07.0000*. Rel. Asiel Henrique de Souza, julgado em 18 out. 2018.

TJ/RJ. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. *Apelação Cível n.º 0022893-68.2014.8.19.0202*. 26ª Câmara Cível. Consumidor Rel. Des. Natácha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira. Julgado em 27 jul. 2017.

TJ/RJ. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. *Apelação Cível n.º 0031762-47.2012.8.19.0054*. 5ª Câmara Cível. Rel. Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes. Julgado em 10 dez. 2019.

TJ/SE. Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe. *Mandado de Segurança n.º 201600110899*. Des. Rel. Ricardo Múcio Santana de Abreu Lima. Julgado em 03 maio 2016.

TJ/SP. Tribunal de Justiça de São Paulo. 4ª Câmara de Direito Privado. *Agravo de Instrumento n.º 472.738-4*. Des. Rel. Ênio Santarelli Zuliani. Julgado em 17 jul. 2008.

TJ/SP. Tribunal de Justiça de São Paulo. *Apelação Cível n.º 1001507-77.2016.8.26.0079*. 21ª Câmara de Direito Privado. Des. Rel. Silveira Paulilo. Julgado em 17 jan. 2018.

TJ/SP. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 11ª Câmara de Direito Criminal. *Mandado de Segurança n.º 2271462-77.2015.8.26.0000*. Rel. Des. Xavier de Souza. Julgado em 17 dez. 2015.

TOLEDO, Letícia. Como a Inteligência artificial está guiando o mercado financeiro. *InfoMoney*, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/como-a-inteligencia-artificial-esta-guiando-o-mercado-financeiro/>. Acesso em: 15 dez. 2019.

TRAÇA, João Luís; EMBRY, Bernardo. The Angolan Data Protection Act: first impressions. *International Data Privacy Law*, 2012, v. 2, n. 1.

TRF3. Justiça Federal da 3ª Região. 9ª Vara Cível Federal de São Paulo. *Ação Civil Pública n.º 5009507-78.2018.4.03.6100*. Sentença proferida em 27 abr. 2018, por Cristiane Farias Rodrigues dos Santos.

TUNC, André. *La responsabilité civile*. Paris: Economica, 1981.

UNIÃO EUROPEIA. *Charte des droits fondamentaux de l'Union européenne* (Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia), 2000, C364/01. Journal Officiel des Communautés Européennes. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/charter/pdf/text_fr.pdf. Acesso em: 15 jun. 2016.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão das Comunidades Europeias. 2000/520/EC: Commission Decision of 26 July 2000 pursuant to Directive 95/46/EC of the European Parliament and of the Council on the adequacy of the protection provided by the safe harbour privacy

principles and related frequently asked questions issued by the US Department of Commerce (notified under document number C(2000) 2441) (Text with EEA relevance.). Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32000D0520&from=EM>. Acesso em: 05 mar. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Comissão das Comunidades Europeias. *Documento de trabalho dos serviços da Comissão sobre a aplicação da Decisão 520/2000/CE da Comissão, 26 jul. 2000*. Disponível em: <https://ec.europa.eu/transparency/regdoc/rep/2/2002/PT/2-2002-196-PT-1-1.Pdf>. Acesso em: 05 mar. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. *Comissão Europeia (CE)*. Disponível em: https://ec.europa.eu/info/law/law-topic/data-protection/reform/rules-business-and-organisations/legal-grounds-processing-data/grounds-processing/how-consent-processing-scientific-research-obtained_pt#resposta. Acesso em: 17 abr. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Conference of the Representatives of the Governments of the Member States. *Treaty of Lisbon amending the Treaty on European Union and the Treaty Establishing the European Community*. 2007/C 306/01, art. 16B, Dec. 13, 2007. Disponível em: <https://www.refworld.org/docid/476258d32.html>. Acesso em: 17 abr. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho da Europa. *Convenção Europeia de Direitos Humanos*. 1950. Disponível em: https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em: 05 mar. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Conselho da Europa. *Convention for the Protection of Individuals with Regard to Automatic Processing of Personal Data*. Jan. 28, 1981, Eur. T.S. n. 108 [Convention 108].

UNIÃO EUROPEIA. *Directive 95/46/EC*. European Parliament and the Council on the Protection of Individuals with Regard to the Processing of Personal Data and on the Free Movement of Such Data, 1995.

UNIÃO EUROPEIA. *Directive 97/66/EC*. European Parliament and the Council concerning the Processing of Personal Data and the Protection of Privacy in the Telecommunications Sector, 15 Dec. 1997.

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento (EU) n.º 1215/2012*. Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de dezembro de 2012 relativo à competência judiciária, ao reconhecimento e à execução de decisões em matéria civil e comercial.

UNIÃO EUROPEIA. *Regulamento 2016/679*. Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados. Parlamento Europeu e do Conselho relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados e que revoga a Diretiva 95/45/CE. Disponível em: http://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uri serv:OJ.L_.2016.119.01.0001.01.ENG&toc=OJ:L:2016:119:T OC. Acesso em: 08 mar. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. TJUE. *Bundesverband der Verbraucherzentralen und Verbraucherverbände – Verbraucherzentrale Bundesverband eV contra Planet49 GmbH*.

Processo C-673/17, 01 out. 2019. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?jsessionid=D5DC4CA415C605B28E70747FD3C5158C?text&docid=218462&pageIndex=0&doclang=PT&mode=req&dir&occ=first&part=1&cid=1458627>. Acesso em: 08 mar. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. *Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia*. Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/resource.html?uri=cellar:9e8d52e1-2c70-11e6-b497-1aa75ed71a1.0019.01/DOC_3&format=PDF. Acesso em: 08 mar. 2020.

UNIÃO EUROPEIA. Tribunal de Justiça da União Europeia. *Caso C-131/12*. Google Spain SL e Google Inc. vs. Agencia Española de Protección de Datos, 13 maio 2014. Disponível em: <http://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=152065&doclang=PT>. Acesso em: 17 abr. 2020.

VAAS, Lisa. Two schoolkids sue Google for collecting biometrics. *Naked Security*, 07 abr. 2020. Disponível em: <https://nakedsecurity.sophos.com/2020/04/07/two-schoolkids-sue-google-for-collecting-biometrics/>. Acesso em: 18 abr. 2020.

VAINZOF, Rony. Geopricing é ilegal? *JOTA*. Disponível em: [//www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/direito-digital/geopricing-e-ilegal-12012017](http://www.jota.info/opiniao-e-analise/colunas/direito-digital/geopricing-e-ilegal-12012017). Acesso em: 01 jul. 2020.

VALENTE, Jonas. Legislação da proteção de dados já é uma realidade em outros países. *Agência Brasil*, 2018. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-05/legislacao-de-protecao-de-dados-ja-e-realidade-em-outros-paises>. Acesso em: 13 out. 2019.

VALENZUELA, Daniel Álvarez. Acceso a la información pública y protección de datos personales. ¿Puede el Consejo para la Transparencia ser la autoridad de control em matéria de protección de datos? *RDUCN – Revista de Derecho*. Coquimbo, jun. 2016, v. 23, n.º 1. Disponível em: https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?pid=S0718-97532016000100003&script=sci_arttext&tlng=em. Acesso em: 06 jan. 2020.

VICENTE, Dário Moura. *Direito Internacional Privado*. Problemática Internacional da Sociedade da Informação. Coimbra: Almedina, 2005.

VILLALTA, Luis Fernando García. *It compliance, privacidad y protección de datos para empresas públicas en el Perú*. Tese (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidad Nacional del Altiplano, Facultad de Ciencias Jurídicas y Políticas, Escuela Profesional de Derecho, sob orientação do Prof. Dr. Javier Sócrates Pineda Ancoco. Puno, Peru, 2019.

WARREN, Samuel D.; BRANDEIS, Louis D. The Right to Privacy. *Harvard Law Review*, 1890, n.º 193.

WARZEL, Charlie. Will Congress Actually Pass a Privacy Bill? *The New York Times*. 10 dez. 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/12/10/opinion/congress-privacy-bill.html>. Acesso em: 06 jan. 2020.

WORLOCK, Charlotte. European Union: GDPR – The First Complaints. *Mondaq*, 07 jun. 2018. Disponível em: <http://www.mondaq.com/uk/x/708562/data+protection/GDPR+The+First+Complaints>. Acesso em: 17 abr. 2020.

YAKOWITZ, Jane. Tragedy of the Data Commons. *Harvard Journal of Law & Technology*, 2011, v. 25, n. 1.

ZHANG, Gil; YIN; Kate. More updates on the Chinese data protection regime in 2019. *International Association of Privacy Professionals*. Disponível em: <https://iapp.org/news/a/more-positive-progress-on-chinese-data-protection-regime-in-2019/>. Acesso em: 08 mar. 2020.

ZIMBABUÉ. *Access to Information and Protection of Privacy Act*, 2003. Disponível em: https://publicofficialsfinancialdisclosure.worldbank.org/sites/fdl/files/assets/law-library-files/Zimbabwe_Access%20to%20Information%20Law_2008_en.pdf. Acesso em: 08 mar. 2020.

OBRAS CONSULTADAS

- ABRUSIO, Juliana; FLORENCIO FILHO, Marco Aurélio. Reflexões sobre as relações de consumo na sociedade da Informação. In: (Orgs). CARACIOLA, Andrea Boari; ANDREUCCI, Ana Cláusia Pompeu Torezan; FREITAS, Aline da Silva. Código de Defesa do Consumidor – 20 anos. São Paulo: LTr., 2010.
- ABRUSIO, Juliana. A recepção de novas tecnologias em relação aos negócios jurídicos e assinatura digital. *Revista Fórum CESA*, v. 2, p. 61-64, 2007.
- ALEXY, Robert. Constitutional Rights and Proportionality. *Revus* [Online], 2014, v. 22, pp. 51-65. Disponível em: <http://revus.revues.org/2783>. Acesso em: 29 dez. 2019.
- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e suas consequências*. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1980.
- AMARAL, Francisco. Código Civil e interpretação jurídica. *Revista Brasileira de Direito Comparado*, jan./jun. 2013, n. 44/45, pp. 147-167.
- ANDRADE, André Gustavo Corrêa de. *Indenização punitiva*. Disponível em: http://www.tjrj.jus.br/c/document_library/get_file?uuid=dd10e43d-25e9-478f-a346-ec511dd4188a. Acesso em: 22 maio 2018.
- ARAÚJO, Nadia de. *Contratos internacionais*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.
- ARAÚJO, Nadia de (Coord.). *Cooperação jurídica internacional no Superior Tribunal de Justiça*. Rio de Janeiro/São Paulo: Renovar, 2010.
- ASOCIACIÓN POR LOS DERECHOS CIVILES (ADC). El Sistema de Protección de Datos Personales en América Latina. Oportunidades y desafíos para los derechos humanos. Buenos Aires, 2017, v. I. Disponível em: <https://adcdigital.org.ar/portfolio/sistema-proteccion-datos-personales-latam/>. Acesso em: 19 jul. 2018.
- ASSOCIAÇÃO INTERLAB DE PESQUISA EM DIREITO E TECNOLOGIA. *O que são dados públicos?* [Especial]. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.internetlab.org.br/pt/opinioao/o-que-sao-dados-publicos/>. Acesso em: 20 jul. 2016.
- ASSOCIAÇÃO INTERLAB DE PESQUISA EM DIREITO E TECNOLOGIA. Vigilância das comunicações pelo Estado brasileiro. São Paulo, 2015. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2016/01/ILAB_Vigilancia_Entrega_v2-1.pdf. Acesso em: 03 jul. 2016.
- ARENHART, Sérgio Cruz. *A tutela inibitória da vida privada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.
- BANSHO, A. Y. O. *Proteção de dados pessoais, privacidade, liberdade e autonomia do sujeito, no direito brasileiro*. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade Federal do Paraná, 2010.

BASSO, Maristela. *Curso de Direito Internacional Privado*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

BASSO, Maristela. *Da aplicação do Direito Estrangeiro pelo juiz nacional: o Direito Internacional privado à luz da jurisprudência*. São Paulo: Saraiva, 1988.

BASSO, Maristela. *O Direito Internacional da propriedade intelectual*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2000.

BAUMAN, Zygmunt. *Vigilância líquida: diálogos com David Lyon*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013 [versão Kindle].

BATIFFOL, Henri. Le pluralisme de méthodes en Droit International Privé. *Recueil des Cours*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1973, v. 139, n. II, pp. 75-148.

BATIFFOL, Henri. Les tendances doctrinales actuelles en droit international privé. *Recueil des Cours*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1948, v. 72, pp. 1-66.

BOELE-WOELKI, Katharina; KESSEDJIAN, Catherine (Eds.). Internet. Which Court Decides? Which Law Applies? Quel tribunal décide? Quel droit s'applique? *Kluwer Law International*. Haia/Londres/Boston, 1998.

BOOTH, Wayne C.; COLOMB, Gregory G.; WILLIAMS, Joseph M. *A arte da pesquisa*. 2. ed. Traduzido por Henrique A. Rego Monteiro. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BORRÁS RODRÍGUEZ, Alegría. Les ordres plurilégislatifs dans le droit international privé actuel. *Recueil des Cours*. Dordrecht/Boston/Lancaster: Martinus Nijhoff Publishers, 1994, v. 249, pp. 145-368.

BORGES, Roxana Cardoso Brasileiro. Direito à privacidade e lixo: abandono de coisa e irrenunciabilidade a direitos de personalidade. *Revista Fórum de Direito Civil – RFDC*. Belo Horizonte, ano 2, maio/ago. 2013, n. 3.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz; COUTINHO, Guttemberg. Web 2.0: caminhos e desafios no desenvolvimento da internet. In: FRAGOSO, Suely; MALDONADO, Alberto Efenedy. *A internet na América Latina*. São Leopoldo, RS: Unisinos; Porto Alegre: Sulinas, 2009.

CAPELO DE SOUZA, Rabindranath Valentino Aleixo. *O direito geral de personalidade*. Coimbra: Coimbra Ed., 1995.

CASELLA, Paulo Borba; SANCHEZ, Rodrigo E. (Orgs.). *Cooperação judiciária internacional*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

CASTRO, Luiz Fernando Matins. Proteção de dados pessoais – internacional e brasileiro. *Revista CEJ*. Brasília, out./dez. 2002, n. 19, p. 43.

CHINELLATO, Silmara Juny de Abreu. Tendências da responsabilidade civil no direito contemporâneo: reflexos no Código de 2002. In: DELGADO, Mário Luiz; ALVES, Jones Figueiredo (Orgs.). *Novo Código Civil: questões controvertidas*. São Paulo: Método, 2006, v. 5.

CONSULTORIA LEGISLATIVA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS. *Privacidade e Internet*. Brasília, mar. 2000. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/estnottec/arquivos-pdf/pdf/001854.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2016.

COSTA, Mário Julio de Almeida. *Direito das Obrigações*. 12. ed. rev. e atual. Coimbra: Imedina, 2016.

DIAS, José de Aguiar. *Da responsabilidade civil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1995, v. 1.

DOTTI, René Ariel. A liberdade e o direito à intimidade. *Revista de Informação Legislativa*. Brasília, abr./jun. 1980a, n. 66, pp. 125-152.

DOTTI, René Ariel. *Proteção da vida privada e liberdade de informação*: possibilidades e limites. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1980b.

DOTTI, René Ariel. Tutela jurídica da privacidade. In: DIAS, Adahyl Lourenço *et al.* *Estudos em homenagem ao Professor Washington de Barros Monteiro*. São Paulo: Saraiva, 1982.

EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PEIXOTO, Erick Lucena Campos. Os novos paradigmas da responsabilidade civil na Internet. In: GODINHO, Adriano Marteleto *et al.* (Orgs.). *Temas de direito civil: da constitucionalização à humanização*. João Pessoa: Ed. da UFPB, 2015.

FARIAS, Cristiano; ROSENVALD, Nelson. *Curso de Direito Civil – Obrigações*. 11. ed. Salvador: Ed Jus Podivm, 2017, v. 2.

FERRER CORREIA, António. Principais interesses a considerar na resolução dos conflitos de leis. In: FERRER CORREIA, António. *Direito internacional privado – Estudos Jurídicos III*. Coimbra: Atlântida, 1970, pp. 84-92.

FERRER CORREIA, António. O método conflitual em direito internacional privado e as soluções alternativas. *Revista de Direito Comparado Luso-Brasileiro*. Rio de Janeiro, jul. 1982, n. 1, pp. 1-24.

FERRER CORREIA, António. *Temas de Direito Comercial e Direito Internacional Privado*. Coimbra: Almedina, 1989.

FREZZA FILHO, Ezio. O sigilo de dados e a proteção da intimidade em face do interesse público. *Revista Paradigma*. Ribeirão Preto, 2003, v. 12, n. 15.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODOY, Claudio Luiz Bueno. Responsabilidade Civil pelo Risco da Atividade e Nexos de Imputação da Obrigação de Indenizar: Reflexões para um Colóquio Brasil – Portugal. In: SIMÃO, José Fernando; ARAÚJO, Fernando (Orgs.). *Cadernos de Pós-Graduação em Direito: estudos e documentos de trabalho*. Comissão de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da USP. São Paulo, 2011, n. 1, pp. 38-48.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. Como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOMES, Orlando. *Responsabilidade civil*. Texto revisado e atualizado por Edvaldo Brito. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

GOODMAN, J. W. The pros and cons of online dispute resolution: na assessment of cyber-mediation websites. *Duke Law & Technology Review*. 2003. Disponível em: <https://scholarship.law.duke.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1073&context=dltr>. Acesso em: 15 dez. 2019.

GUERRA, Sidney. A internet e os desafios para o direito internacional. *Buscalegis*, 2009. Disponível em: <http://biblioteca.versila.com/9347136>. Acesso em: 30 jun. 2016.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. *Responsabilidade pressuposta*. Belo Horizonte: Del Rey, 2005.

JAEGER JR, Augusto. *Europeização do Direito Internacional Privado*. Curitiba: Juruá, 2012.

LEITÃO, Luís Manuel Teles de Menezes. *Direito das obrigações*. 8. ed. Coimbra: Almedina, 2009, v. I.

LEVI-STRAUSS, Claude. Raça e História. In: LEVI-STRAUSS, Claude. *Antropologia Estrutural II*. 4. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993, cap. XVIII.

LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. 2. ed. São Paulo: RT, 1999.

LINKE, W. R. *Uma análise da conjuntura da proteção de dados pessoais no Brasil à luz do caso Europa v. Facebook*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

LOUREIRO, Francisco Eduardo. *Responsabilidade Civil e sua Repercussão nos Tribunais*. São Paulo: Saraiva, 2009 [Série GVlaw].

LYON, David. Surveillance, Snowden and Big Data: capacities, consequences, critique. *Big Data & Society*, Jul./Dez. 2014, pp. 1-13.

LYON, David; WOOD, David Murakami. Security, Surveillance and Sociological Analysis. *Canadian Review of Sociology*, 2012, v. 49, n. 4, pp. 317-328.

MAIA, Luciano Soares. A privacidade e os princípios de proteção do indivíduo perante os bancos de dados pessoais. In: CONSELHO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO. XVI Congresso Nacional do Conpedi. *Anais...* Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007.

MALHEIROS, Pablo. *Responsabilidade por danos: imputação e nexo de causalidade*. Curitiba: Juruá, 2014.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque; CAMPOS, Ricardo Resende. Proteção de Dados de Crédito na Lei Geral de Proteção de Dados. *IDP – Revista de Direito Público*. [S.l.], dez. 2019, v. 16, n. 90. ISSN 2236-1766. Disponível em: <https://www.portaldeperiodicos.idp.edu.br/direitopublico/article/view/3739>. Acesso em: 06 jan. 2020.

MARANHÃO, Juliano Souza de Albuquerque. Censura ao anonimato na internet?. Folha de São Paulo, São Paulo-SP, 08 nov. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2017/11/1933620-censura-ao-anonimato-na-internet.shtml?origin=uol> Acesso em: 18 abr. 2020.

MARCHI, Eduardo C. Silveira Vita. *Guia de Metodologia Jurídica*. Teses monografias e artigos. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARQUES DOS SANTOS, Ant3nio. Direito Internacional Privado. In: MARQUES, Claudia Lima; ARAÚJO, Nádia de. *O novo direito internacional: estudos em homenagem a Erik Jayme*. Rio de Janeiro: Renovar, 2005, pp. 29-55.

MEYER, David. Looks like data will keep flowing from the EU to the U.S. after all. *Fortune.com*. Disponível em: <http://fortune.com/2016/02/02/looks-like-data-will-keep-flowing-from-the-eu-to-the-u-s-after-all/>. Acesso em: 05 jul. 2016.

MILLER, Arthur. *Assault on privacy*. Ann Arbor: University of Michigan, 1971.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Homologação de Sentenças Estrangeiras em matéria civil*. Disponível em: <https://www.justica.gov.br/sua-protecao/cooperacao-internacional/cooperacao-juridica-internacional-em-materia-civil/orientacao-por-diligencia/homologacao-de-sentencas-estrangeiras> Acesso em: 29/12/2019.

MONACO, Gustavo Ferraz de Campos; RODAS, João Grandino. *A Conferência da Haia de Direito Internacional Privado: a Participação do Brasil*. Brasília: Funag, 2007.

MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de Direito Civil*. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1977, v. 4.

MORATO, Antonio Carlos. Quadro geral dos direitos da personalidade. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*. São Paulo, jan./dez. 2011, v. 106/107, pp. 121-158.

MOTA PINTO, Paulo. O direito à reserva sobre a intimidade da vida privada. *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, 1993, v. 69.

MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de. *A Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia e a Protecção dos Direitos Fundamentais*. Coimbra: Coimbra, 2000.

MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de. *Direito Internacional Privado e Constituição: introdução a uma análise das suas relações*. Coimbra: Coimbra, 1994.

ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1998.

PARKER, B. Clifton. New Stanford research finds computers are better judges of personality than friends and family. *Stanford News*. Disponível em: <http://news.stanford.edu/2015/01/12/personality-computer-knows-011215/>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PELA, Juliana Krueger. “Inadimplemento Eficiente” (Efficient Breach) nos Contratos Empresariais. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – PPGDir./UFRGS*, 2016, v. 11, n. 2. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ppgdir/article/view/69111/39932>. Acesso em: 06 jan. 2020.

PARKER, B. Clifton. New Stanford research finds computers are better judges of personality than friends and family. *Stanford News*. Disponível em: <http://news.stanford.edu/2015/01/12/personality-computer-knows-011215/>. Acesso em: 03 jul. 2016.

PELA, Juliana Krueger. Rembrandt e o Direito Privado. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, jan./dez. 2015, v. 110, pp. 319-327. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/rfdusp/article/view/115495/113077>. Acesso em: 06 jan. 2020.

PEREIRA, Alexandre Libório Dias. A Jurisdição na Internet segundo o Regulamento 44/2001 (e as alternativas extrajudiciais e tecnológicas). *Boletim da Faculdade de Direito*. Coimbra, 2001, v. LXXVII, pp. 633-687.

PEREIRA, Alexandre Libório Dias. O tribunal competente em casos da Internet segundo o acórdão “eDate Advertising” do Tribunal de Justiça da União Europeia. *Revista Jurídica Portucalense Law Journal*. Porto, 2014, n.º 16.

PEREIRA, Caio Mário da Silva (revisto e atualizado por Tânia da Silva Pereira.). *Instituições de direito civil*: 17. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2.009, v. V.

PINHEIRO, Luís de Lima. Um direito internacional privado para o século XXI. *Suplemento da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*. Lisboa, 2001.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*: parte geral. Tomo II: Bens e fatos jurídicos. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2012.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Tratado de Direito Privado*. Parte Especial. Tomos XXII - XXX. Atualizado por Vilson Rodrigues Alves em conformidade com o Código Civil de 2002. Campinas, SP: Bookseller, 2003.

PRINO, C.S.A. *O enquadramento legal do Facebook*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais e Humanas) – Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2012.

RECHSTEINER, Beat Walter. *Direito Internacional Privado – teoria e prática*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

RODAS, João Grandino. *Direito Internacional Privado brasileiro*. São Paulo: RT, 1993.

RODAS, João Grandino. Elementos de conexão do Direito Internacional Privado brasileiro relativamente às obrigações contratuais. In: RODAS, João Grandino (Coord.) *Contratos Internacionais*. 3. ed. São Paulo: RT, 2002.

RODOTÀ, Stefano. *A privacidade na sociedade da vigilância: a privacidade hoje*. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil*. São Paulo: Saraiva, 1975, v. 4.

SAMPAIO, José Adércio Leite. *Direito à intimidade e à vida privada*. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

SARMENTO E CASTRO, Catarina. *Direito da informática, privacidade e dados pessoais*. Coimbra: Almedina, 2005.

SCHWARTZ, Paul. The EU-U.S. privacy collision: a turn to institutions and procedures. (Privacy Self-Management and the Consent Dilemma). *Harvard Law Review*, 2013, v. 126, iss 7.

SCOTT, Mark. U.S. and Europe in “Safe Harbor” data deal, but legal fight may await. *The New York Times*. Disponível em: http://www.nytimes.com/2016/02/03/technology/us-europe-safe-harbor-data-deal.html?_r=0. Acesso em: 20 maio 2016.

SERPA LOPES, Miguel Maria de. *Curso de direito civil: fontes acontratuais das obrigações*. Responsabilidade Civil. 4. ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995, v. V.

SLOAN, Robert H.; WARNER, Richard. The Harm in Merely Knowing: privacy, complicity, surveillance and the Self. *Journal of Internet law* [1094-2904], 2015, v. 19.

STOCO, Rui. *Tratado de responsabilidade civil*. 7. ed. São Paulo: Ed. RT, 2007.

SWINHOE, Dan. Os 8 maiores vazamentos de dados de 2018. Hacks e roubos de dados custaram um total de quase US\$ 280 milhões para empresas. *Computerworld*. Disponível em: <https://computerworld.com.br/2018/10/31/os-8-maiores-vazamentos-de-dados-de-2018/>. Acesso em: 20 out. 2019.

SYMEONIDES, Symeon C. *American Private International Law*. Alphen aan den Rijn: Kluwer Law International, 2008.

SYMEONIDES, Symeon C.; PERDUE, Wendy Collins; MEHREN, Arthur T. von. *Conflict of laws: American, comparative, international. Cases and materials*. St. Paul, Minn., 1998.

TAKLE, Marianne. The Treaty of Lisbon and the European Border Control Regime. In: *Journal of Contemporary European Research*, 2012, v. 8.

TARTUCE, Flávio. *Direito civil: Direito das Obrigações e Responsabilidade Civil*. 11. ed. São Paulo: Grupo GEN, 2015, v. 2.

VICENTE, Dário Moura. A autonomia privada e os seus diferentes significados à luz do Direito Comparado. *Revista de Direito Civil Contemporâneo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, ano 3, jul./set. 2016, v. 8, pp. 275-302.

VICENTE, Dário Moura. *Da responsabilidade pré-contratual em direito internacional privado*. Coimbra, 2001.

VEIGA, Luiz Adolfo Olsen da; ROBER, Aires José. Dados e informação na internet: é legítimo o uso de robôs para formação de base de dados de clientes? *In: ROVER, Aires José (Org.). Direito e Informática*. São Paulo: Manole, 2004. Disponível em: http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/luizvaires-livro_manole_artigo_robos.pdf. Acesso em: 01 jul. 2016.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: responsabilidade civil*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

WEINTRAUB, Russel J. *Commentary on the conflict of laws*. 4. ed. New York, 2001.

WENGLER, Wilhelm. L'Évolution moderne du droit international privé et la prévisibilité du droit applicable. *Revue Critique de Droit International Privé*. Paris, 1990, v. 79, n. 4, pp. 657-681.

WESTIN, Alan. *Privacy and Freedom*. Nova Iorque: Atheneum, 1967.

ZANETTI, Cristiano de Souza. A relatividade dos efeitos contratuais e a autonomia da pessoa jurídica. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, mar. 2011, v. 100, n. 905, pp. 119-135.